



CONTAS SATÉLITE DO TURISMO DA MACARONÉSIA CUENTAS SATÉLITE DEL TURISMO DE LA MACARONESIA

2001 / 2002

CONTAS SATÉLITE DO TURISMO DA MACARONÉSIA
CUENTAS SATÉLITE DEL TURISMO DE LA MACARONESIA
(AÇORES, MADEIRA E / Y CANARIAS)

- 2001 / 2002 -

Outubro / Octubre 2008

Catálogo Recomendada / Catalogación Recomendada

Contas Satélite do Turismo da Macaronésia - 2001-2002. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

Açores, 2008

Serviço Regional de Estatística dos Açores - Açores, 2008. -30 cm

Não Periódica

Directores Regionais / Directores Regionales

Dra Esther del Toro Cáceres (Canarias)

Dr. Augusto Rua Elavai (Açores)

Dr. Carlos Almeida Estudante (Madeira)

Editor / Editor

Serviço Regional de Estatística dos Açores

Largo Prior do Crato, 37

9700-157 Angra do Heroísmo

Telefone: 295 40 19 40 / 6

Fax: 295 40 19 47

E-mail: srea@azores.gov.pt

Internet: <http://estatistica.azores.gov.pt>

Desenho e Realização Editorial / Diseño y Realización Editorial

Serviço Regional de Estatística dos Açores

Impressão / Impresión

Tipografia Açor

Ano de Edição / Año de Edición

2008

Tiragem / Primera Edición

300 unidades

Nota de Apresentação / Presentación

Com esta publicação dão-se a conhecer as Contas Satélite do Turismo (CST) das Regiões da Macaronésia (Açores, Madeira e Canárias), cuja concretização era um dos objectivos do projecto SICER-MAC (Sistema Integrado de Contas Económicas Regionais da Macaronésia), projecto conjunto dos Serviços de Estatística das três Regiões (SREA, DREM e ISTAC), aprovado no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III-B.

Apesar de recomendado pela Organização Mundial de Turismo, poucos países e ainda menos regiões dispõem de um instrumento como a CST, facto que torna o trabalho desenvolvido pelos três Serviços de Estatística ainda mais relevante.

O objectivo da construção de uma CST é integrar contabilisticamente a totalidade dos produtos, directa ou indirectamente, relacionados com o sector do Turismo, permitindo a percepção da dimensão deste sector e possibilitando a sua comparação com outros sectores económicos na Região, no País e em termos internacionais.

A elaboração das CST que agora se apresentam consistiu num trabalho complexo que exigiu a aquisição de conhecimentos muito específicos e o manuseamento e a análise de grandes quantidades de informação, resultantes não só de operações estatísticas desenvolvidas propositadamente para a alimentação da Conta Satélite, mas também de outros dados já disponíveis, que tiveram de ser trabalhados de forma específica, de modo a serem integrados na CST.

Con esta publicación se dan a conocer las Cuentas Satélites del Turismo (CST) de las Regiones de la Macaronesia, cuyo desarrollo era uno de los objetivos del proyecto SICER-MAC (Sistema Integrado de Cuentas Económicas Regionales de la Macaronesia), proyecto desarrollado conjuntamente por los Institutos de Estadística de Azores, Madeira y Canarias, en el ámbito de la Iniciativa Comunitaria INTERREG III-B.

A pesar de lo recomendado por la Organización Mundial de Turismo, pocos países y aún menos regiones disponen de un instrumento como la CST, lo que hace que el trabajo desarrollado por los tres Servicios de Estadística sea aún más relevante.

El objetivo de la construcción de una CST es la integración contable de todos los productos directa o indirectamente relacionados con el sector del Turismo, permitiendo la percepción de la dimensión de este sector y posibilitando su comparación con otros sectores económicos de la región, con el país y en términos internacionales.

Fue un proyecto complejo que exigió la adquisición de conocimientos muy específicos y el tratamiento y análisis de grandes cantidades de información resultantes, no sólo de operaciones estadísticas desarrolladas exclusivamente para la alimentación de la Cuenta Satélite, sino también de otros datos ya disponibles, que tuvieron que ser tratados de forma específica para ser integrados en la CST.

O desenvolvimento deste projecto conjunto proporcionou benefícios acrescidos aos organismos de estatística parceiros, nomeadamente, no que diz respeito à formação dos técnicos envolvidos, à criação de equipas de trabalho conjuntas e ao aumento da relação institucional entre eles.

A Conta Satélite do Turismo irá permitir, sem dúvida, a realização de estudos no âmbito desta actividade económica para as três Regiões, segundo uma metodologia comum, facilitando, desta forma, uma visão comparada da sua situação macroeconómica.

Num projecto com esta natureza é fundamental ter o *feedback* dos potenciais utilizadores desta informação, quer sejam entidades privadas ou públicas, ou utilizadores particulares, em relação aos diversos aspectos da CST, pelo que serão bem acolhidas todas as sugestões que contribuam para a melhoria deste projecto estatístico.

El desarrollo de este proyecto conjunto ha aportado algunos beneficios añadidos a los socios participantes: formación de técnicos, creación de equipos de trabajo conjuntos y aumento de la relación institucional entre las regiones.

La CST permitirá la realización de estudios en el ámbito de esta actividad económica para las tres regiones según una metodología común, facilitando, de esta forma, una visión comparada de su situación macroeconómica.

En un proyecto de esta naturaleza es fundamental el feedback entre entidades públicas, privadas y usuarios particulares, en relación con los diversos aspectos de la CST, por lo que serán bien acogidas todas las sugerencias que contribuyan a la mejora de este proyecto estadístico.

Augusto Rua Elavai

*Director do Serviço Regional
de Estatística dos Açores*

Esther del Toro Cáceres

*Directora del Instituto
Canario de Estadística*

Carlos Almeida Estudante

*Director da Direcção Regional
de Estatística da Madeira*

Índice

1. Introdução	7
2. O que é uma Conta Satélite do Turismo	8
2.1. Principais conceitos	9
2.2. Aspectos gerais da metodologia	11
1. Introducción	17
2. Definición de la Cuenta Satélite del Turismo (CST)	18
2.1. Conceptos Basicos.....	19
2.2. Aspectos metodologicos generales	21
4. Resultados	26
4.1. Vertente da Procura / Vertiente de la Demanda	26
4.1.1. CST Açores e Madeira 2001	26
4.1.2. CST Canárias 2002	35
4.2. Vertente da Oferta / Vertiente de la Oferta	41
4.2.1. CST Açores e Madeira 2001	41
4.2.2. CST Canárias 2002	47
4.3. Equilíbrio entre a Oferta e a Procura / Contraste entre la Oferta y la Demanda	55
4.3.1. CST Açores e Madeira 2001	55
4.3.2. CST Canárias 2002	61
5. Análise comparada das CST das três Regiões	65
6. Conclusões / Conclusiones	75
7. Siglas e Acrónimos / Siglas y Acronimos	79
8. Referências Bibliográficas	81

1. Introdução

À semelhança do que se verifica em várias regiões da União Europeia, o sector do Turismo apresenta uma crescente importância, embora em patamares de desenvolvimento diferentes, na economia de cada uma das três Regiões. No entanto, o seu peso não é facilmente identificável através das Contas Económicas Regionais, uma vez que a actividade turística exerce impactos importantes em ramos de actividade que não são contabilizados como parte integrante do sector do Turismo. É neste contexto que surge a necessidade de desenvolver CST regionais e, através delas, conseguir identificar e isolar a componente turística da actividade económica de cada uma das Regiões.

Como é do conhecimento geral, as Canárias e a Madeira são regiões de forte tradição turística, o que releva ainda mais a importância da construção de uma CST. Quanto aos Açores, a aposta recente neste sector, considerado prioritário para o desenvolvimento regional, justifica plenamente a necessidade de se construir uma CST para esta Região.

No âmbito do Projecto SICER-MAC, foram elaboradas as primeiras estimativas para as Contas Satélite do Turismo das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores (2001) e das Canárias (2002), que agora se apresentam.

Através deste documento, pretende-se:

- dar a conhecer em que consiste e quais os principais objectivos que presidem à elaboração de uma Conta Satélite do Turismo;
- abordar alguns aspectos metodológicos relacionados com esta experiência pioneira de elaboração de uma Conta Satélite do Turismo, para os três parceiros do projecto SICER-MAC, nas respectivas regiões;
- apresentar os resultados deste projecto para cada uma das Regiões e uma análise comparada das três;
- adiantar algumas conclusões acerca do trabalho desenvolvido.

Pretende-se que esta publicação seja uma publicação bilingue dos resultados obtidos pelas três Regiões mas, ao contrário do que é habitual, sem uma separação e a tradução completa dos dois idiomas. Assim, a parte comum (capítulos 1, 2, 3, 5 e 6) aparece em português e castelhano, mas a metodologia e fontes específicas e

respectivos quadros aparecem no idioma de origem, isto é, português para a Madeira e Açores e castelhano para as Canárias. Para melhor identificação, atribuiu-se uma cor diferente ao texto de cada idioma: azul-escuro em português e azul claro em castelhano.

2. O que é uma Conta Satélite do Turismo

A expressão “Contas Satélite” é usada desde o final da década de 70 do século passado para designar as práticas contabilísticas em áreas específicas que não se encontravam correctamente identificadas no Sistema de Contas Nacionais, mas que poderiam ser consideradas como “subsistemas satélite” deste sistema.

Na década de 80 consolidou-se a consciência generalizada da importância do turismo e da sua interdependência com outras actividades económicas e sociais, tendo a OMT desenvolvido trabalhos de investigação científica em dois sentidos:

- i) modificar as classificações e definições utilizadas nos estudos sobre turismo, compatibilizando-as com as de outros sistemas estatísticos nacionais e internacionais;
- ii) incorporar o turismo no quadro analítico das Contas Nacionais

Em 1991, a Conferência Internacional de Ottawa organizada pela OMT e o Manual de Contas Económicas do Turismo constituíram grandes marcos na quantificação do impacto económico do turismo.

Depois de, em 1993, a Comissão de Estatística da ONU ter adoptado as recomendações sobre estatísticas do turismo difundidas na Conferência de Ottawa, a OMT começou a desenvolver o quadro conceptual destinado à elaboração da Conta Satélite do Turismo, cuja versão final foi publicada em 1998 e em 1997 o Comité do Turismo da OCDE formulou uma primeira proposta tendendo à criação de uma CST para os países da OCDE.

De entre os países que criaram a CST na década de 90, destaca-se o Canadá, cujos primeiros resultados da CST elaborada pelo “Statistics Canada” foram publicados em 1994, seguindo-se depois outros países como a República Dominicana, Noruega, Singapura, México, EUA, etc. Já no século XXI, mais precisamente em 2002, o EUROSTAT publica o Manual Europeu de implantação da Conta Satélite de Turismo e Portugal e Espanha iniciam a elaboração das respectivas CST. O INE de Espanha publicou em 2004 a Série da CST de 1995-2002 (base 1995) e em Dezembro de 2007 a série 2000-2006 (base 2000) e o INE de Portugal elaborou a CST para Portugal de 2000 a

2005, tendo divulgado em Maio de 2008 a CST definitiva para 2005 e estimativas preliminares dos principais agregados turísticos para 2006 e 2007 (base 2000).

Se a elaboração das CST nacionais é importante, a sua elaboração ao nível regional apresenta uma relevância cada vez maior com o aumento da influência e do poder dos governos regionais, que levam à necessidade de utilização de ferramentas de planeamento regional que, por sua vez, exigem dados estatísticos a um nível de desagregação geográfica cada vez mais fino.

Em Portugal, a elaboração de CST de âmbito regional está ainda a dar os seus primeiros passos, tendo o INE iniciado um projecto de regionalização (2000 -2003), apenas do lado da Oferta, surgindo agora este estudo, relativo a 2001, realizado pelo SREA e pela DREM, para as respectivas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Em Espanha, o EUSTAT (Instituto de Estatística do País Basco) desenvolveu, para os anos 2000 a 2004 a respectiva CST, surgindo agora este estudo, relativo a 2002, realizado pelo ISTAC para as Canárias, no âmbito do projecto comum com as Regiões portuguesas dos Açores e da Madeira

2.1. Principais conceitos

As Nações Unidas definem o **Turismo** como o conjunto de actividades praticadas pelos indivíduos durante as suas viagens e permanências em locais situados fora do seu ambiente habitual por períodos inferiores a um ano, por motivos de lazer, negócios e outros propósitos.

O carácter específico do Turismo conduz à necessidade de desenvolver uma CST, pois, por um lado, o Turismo é composto por uma heterogeneidade de produtos e produtores, o que não permite a sua avaliação directa e, por outro, algumas actividades são simultaneamente alvo de Consumo Turístico e Não Turístico, como por exemplo os transportes e a restauração.

O conceito de **ambiente habitual** é, sem dúvida, o fundamento sobre o qual assenta a estrutura conceptual do turismo como objecto de análise e de cuja definição clara depende a medição de variáveis como “viagem” e “visitante”. A expressão “ambiente habitual” refere-se à área territorial em que se desenrola a actividade quotidiana do indivíduo. Este conceito, pela sua ambiguidade, torna difícil a sua delimitação na prática. Por isso, a metodologia internacional da CST, apresentada pela OMT, OCDE e EUROSTAT, estabeleceu duas convenções para ajudar a delimitá-lo:

- **Distância:** estabeleceu-se que os lugares situados próximo da residência do indivíduo fazem parte do seu ambiente habitual, ainda que raramente visitados. Excepção: lugares de trabalho distantes da residência, onde o indivíduo se desloca diariamente, são considerados como fazendo parte do seu ambiente habitual.
- **Frequência:** o conceito está indubitavelmente ligado a deslocações que se fazem com regularidade. Excepção: as visitas de fim-de-semana ou em dias festivos a uma casa de férias, consideram-se deslocações em turismo, ou seja, para fora do ambiente habitual.

Esta definição deveria variar de acordo com o objectivo da análise e a perspectiva territorial em causa. O poder analítico do esquema conceptual da CST assenta precisamente, entre outras coisas, em estabelecer a ligação entre uma informação de natureza física e monetária e a medição da actividade do turismo pelo lado da Procura. Assim, há a necessidade de incluir uma nova variável, de natureza monetária, caracterizando diferentes tipos de viagens, de acordo com o seu grau de importância em termos de impacto económico.

Para efeitos de comparabilidade do número de viagens e da sua correspondente avaliação económica, o conceito de ambiente habitual pode ser definido tendo em conta diferentes perspectivas: pela medida dos impactos económicos da actividade turística (em termos do número de viagens de turismo realizadas e a despesa associada correspondente); a delimitação administrativa de espaço territorial de referência (NUTS I a IV); o diferente significado económico das viagens em termos da despesa associada (viagens recorrentes, ou não, ao longo do ano e respectiva duração).

No âmbito da CST, os visitantes podem ser classificados de acordo com parâmetros diferentes, existindo três considerados fundamentais: a **duração da viagem**, o **motivo** e a **residência** do viajante. Caso o viajante pernoite no local visitado é classificado como **turista**, caso contrário é **excursionista**.

O motivo da viagem poderá ser variado, incluindo-se como viajantes todos aqueles que viajam ou visitam um lugar com uma finalidade diferente do exercício de uma actividade remunerada no local visitado. As recomendações da ONU distinguem seis grandes tipologias de motivos para a realização de viagens: lazer, recreio e férias; visitas a familiares/amigos; motivos profissionais e de negócios; saúde; religião e peregrinação e outros motivos.

Em relação à residência do viajante, que deve ser entendida do ponto de vista económico, a combinação da residência do viajante com o território visitado dá lugar a diferentes categorias de fluxos turísticos, resumidas no esquema abaixo:

Figura 1 - Classificação de fluxos turísticos segundo a residência do viajante e local do destino da viagem

		Território do destino da viagem		
		<i>Dentro do território económico</i>	<i>Fora do território económico</i>	<i>TOTAL</i>
Residência do visitante	<i>Residentes no território económico</i>	Turismo interno	Turismo emissor	Turismo nacional/regional
	<i>Não residentes</i>	Turismo receptor		
	<i>TOTAL</i>	Turismo interior		

O **Turismo interno** é o originado pelos residentes que viajam dentro do próprio território económico.

O **Turismo emissor** é o relacionado com as viagens de residentes fora do território económico.

O **Turismo receptor** é aquele que está relacionado com não residentes que se deslocam ao território económico do país de referência.

É possível ainda agregar estes conceitos em **Turismo nacional** (que no caso particular deverá ser entendido como regional), que englobaria qualquer actividade turística dos residentes, tanto aquela realizada no território económico - turismo interno - como fora deste - turismo emissor. Se se agregarem os fluxos segundo a perspectiva do território económico obtém-se o **Turismo interior**, que engloba qualquer actividade turística realizada no território, quer resulte da actividade dos residentes - turismo interno - quer da de não residentes - turismo receptor.

2.2. Aspectos gerais da metodologia

A definição de uma metodologia para a construção de uma CST é um processo dinâmico e gradualista. Dinâmico, porque as análises feitas ao longo da construção da Conta permitem aprofundar a percepção da realidade em estudo, levando assim a desenvolver uma metodologia que torne possível captar o fenómeno da forma mais correcta. Gradualista, porque as versões futuras da metodologia terão sempre como ponto de partida as anteriores.

Neste projecto, o SREA, a DREM e o ISTAC tentaram seguir, sempre que possível, a mesma metodologia que os INE nacionais utilizaram na construção da Conta Satélite de Turismo de Portugal e de Espanha. Os INE dos dois países, por sua vez, seguem as recomendações das estatísticas do Turismo das Nações Unidas e o Manual de Implementação da CST da OMT, OCDE e EUROSTAT.

A estrutura fundamental da CST é baseada no equilíbrio entre a oferta e a procura de bens e serviços numa economia.

Procura Turística

Do ponto de vista da **procura**, o objectivo é o de avaliar detalhadamente todas as componentes da procura de bens e serviços que possam estar associadas ao turismo. Em primeiro lugar e antes de tudo o resto, o turismo é essencialmente um conceito de procura, mais precisamente, um conceito de consumo. As características do visitante determinam se a despesa de consumo relativa a um produto está ou não relacionada com o turismo. No centro da procura turística está a definição de **consumo turístico** - *“despesa total de consumo efectuada por um visitante ou por conta de um visitante, para e durante a sua viagem e a sua permanência no local de destino”*.

As diferentes categorias de turismo, atrás referidas, originam diferentes agregados que caracterizam o turismo do ponto de vista do consumo: Consumo turístico receptor; Consumo turístico interno; Consumo turístico emissor; Consumo turístico interior.

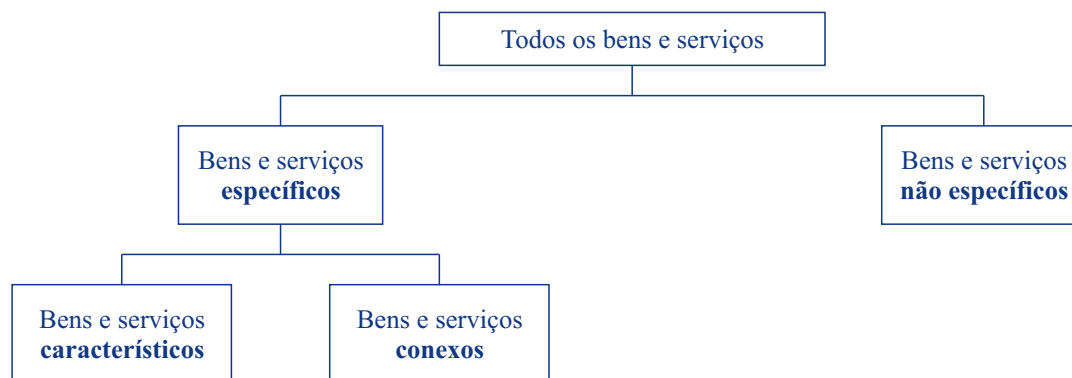
Para além do Consumo Turístico, a Procura inclui ainda as componentes da Formação Bruta de Capital Fixo Turístico e o Consumo Turístico Colectivo das Administrações Públicas.

Oferta turística

A OMT refere que *“a análise económica do turismo exige a identificação dos recursos utilizados pelos visitantes nas suas viagens, isto é, do consumo de bens e serviços adquiridos e, conseqüentemente, a identificação das unidades económicas que produzem esses bens e serviços”*. Por este motivo é fundamental definir os produtos e actividades mais relacionados com o turismo, para os quais a procura dos visitantes

representa uma parte substancial da sua oferta: são os denominados produtos e actividades específicos do turismo (figura 2).

Figura 2 - Classificação de produtos na Conta Satélite do Turismo



Fonte: OMT

Quando falamos em produtos específicos do turismo referimo-nos a dois tipos:

- Produtos característicos - aqueles que na maioria dos países e, em caso de ausência de visitantes, deixariam de existir em quantidade significativa, ou para os quais o nível de consumo diminuiria consideravelmente.
- Produtos conexos - os que apesar de não serem típicos do turismo no contexto internacional, podem sê-lo ao nível de um determinado país ou região.

Por sua vez, as actividades características do turismo são os ramos de actividade que produzem um produto principal que seja característico do turismo; o conjunto destas actividades define a indústria turística.

Os três principais indicadores caracterizadores da oferta turística são: o **Valor Acrescentado dos ramos de actividade do turismo** (soma do Valor Acrescentado de todas as unidades produtoras de bens característicos); o **Valor Acrescentado do Turismo (VAT)** (valor acrescentado criado na economia pelos ramos de actividade do turismo e outros ramos de actividade em resposta ao consumo turístico interior) e o **Produto Interno Bruto (PIB) criado pelo consumo turístico (PIB do Turismo)**.

Quadros da CST

De acordo com as recomendações internacionais referidas, os quadros que compõem a CST são dez; a descrição do respectivo conteúdo consta da figura 3.

Figura 3 - Quadros da CST

Quadros	Conteúdo
1-3	Consumo do turismo receptor (1), interno (2) e emissor (3), por produtos e tipos de visitantes.
4	Consumo do turismo interior por produtos e tipos de turismo. Resume os quadros anteriores, acrescentando informação de operações não monetárias.
5	Contas de produção e exploração dos ramos de actividade turística.
6	Oferta e consumo de serviços turísticos por produtos.
7	Emprego nos ramos de actividade do turismo.
8	Formação bruta de capital fixo do turismo.
9	Consumo colectivo turístico.
10	Indicadores quantitativos sem expressão monetária, do turismo: nº de visitantes, nº de chegadas, nº de dormidas, tipos de alojamento, nº de estabelecimentos, por escalão de pessoal ao serviço.

Fonte: OMT/Nações Unidas

No âmbito do projecto SICER, os Açores e a Madeira elaboraram os seguintes quadros, adiante apresentados em Resultados:

- Quadro 1 - Consumo receptor;
- Quadro 2 - Consumo Interno;
- Quadro 4 - Consumo Interior;
- Quadro 5 - Contas de Produção e de Exploração dos ramos característicos da actividade turística;
- Quadro 6 - Oferta e Consumo de Serviços Turísticos, por produtos.

Por sua vez, as Canárias elaboraram os seguintes quadros, igualmente apresentados em Resultados:

- Quadro 2 - Consumo Turístico Interior, por produtos e componentes;
- Quadro 3 - Conta de Produção dos ramos de actividade;
- Quadro 4 - Detalhe da Produção e Consumos Intermédios dos ramos de actividade, por tipo de produto e consumo;
- Quadro 5 - Emprego por ramos de Actividade;
- Quadro 6 - Rácios turísticos por produtos e ramos de actividade.

3. Enquadramento e objectivos das CST elaboradas no contexto do projecto SICER-MAC

Uma CST constitui sempre um *zoom* sobre a actividade do Turismo num sistema de Contas Económicas Nacionais ou Regionais. Assim, a CST da Macaronésia assenta sobre um projecto desenvolvido anteriormente pelos mesmos três parceiros, denominado TIO-MAC (Tabelas Input/Output da Macaronésia). No âmbito do TIO-MAC, foi elaborado um Quadro de Empregos Alargado (QEA) para cada uma das Regiões (QEA 2001 nos Açores e na Madeira e QEA 2002 para as Canárias). Esta a razão pela qual as primeiras estimativas apresentadas para as CST Madeira e Açores são relativas a 2001 e, as das Canárias, a 2002.

No âmbito do QEA diversos trabalhos foram realizados de modo a que as várias componentes do quadro expressassem a realidade regional, nomeadamente, no que respeita às estruturas de consumo intermédio. O QEA obrigou também a realizar uma primeira aproximação à despesa final dos residentes fora do território económico e à despesa de consumo final dos não residentes no território económico, que foram depois reavaliadas no âmbito da CST. Embora o QEA tenha servido de ponto de partida para muitos dos cálculos inerentes à CST, esta exige um trabalho mais detalhado, permitindo a validação ou reavaliação de algumas componentes do QEA, especialmente no que concerne aos agregados da vertente da Procura, mais influenciados pela actividade turística.

Os objectivos principais da CST são:

- estimação de indicadores que permitam medir a importância do Turismo na estrutura económica regional, nomeadamente o peso do Turismo sobre o Produto Interno Bruto (PIB), o Output Turístico e o peso do Consumo Turístico no Consumo Interior.
- obtenção de estimativas que garantam a comparabilidade ao longo do tempo, entre os diferentes ramos da economia regional e entre diferentes economias.
- identificação dos diferentes segmentos de Procura Turística, considerando a residência dos visitantes e a categoria dos visitantes - excursionistas e turistas.

1. Introducción

Al igual que ocurre en varias regiones de la Unión Europea, el sector turístico presenta una importancia creciente, aunque en etapas de desarrollo diferentes, para la economía de cada una de las tres Regiones. Sin embargo, su peso no es fácilmente identificable a través de las Cuentas Económicas Regionales, dado que la actividad turística tiene efectos importantes en ramas de actividad que no son contabilizadas como parte integrante del sector turístico.

Es en este contexto que surge la necesidad de desarrollar CST regionales, y a través de ellas, conseguir identificar y cuantificar la componente turística de la actividad económica de cada una de las Regiones. Como es sabido, Canarias y Madeira son regiones de fuerte tradición turística, lo cual justifica aún más la importancia de la construcción de una CST. En cuanto a las Azores, la apuesta reciente en este sector, considerado prioritario para el desarrollo regional, justifica plenamente la necesidad de construir una CST para esta Región.

En el ámbito del Proyecto SICER-MAC, fueron elaboradas las primeras estimaciones para las Cuentas Satélite del Turismo de las Regiones Autónomas de Madeira y de las Azores (2001) y de Canarias (2002), que ahora se presentan.

Este documento pretende:

- dar a conocer los principales conceptos y objetivos de una Cuenta Satélite del Turismo;
- abordar algunos aspectos metodológicos relacionados con esta experiencia pionera de elaboración de la Cuenta Satélite del Turismo para los tres socios del proyecto SICER-MAC;
- presentar los resultados de este proyecto resaltando las principales dificultades encontradas durante el proceso;
- adelantar algunas conclusiones sobre el trabajo desarrollado.

Pretendemos que esta publicación sea bilingüe, aunque, al contrario de lo habitual, se presentan los resultados obtenidos para las tres Regiones sin una traducción completa en los dos idiomas. La parte común (capítulos 1, 2, 3, 5 y 6) se presenta en portugués y castellano; la metodología, las fuentes específicas y las respectivas tablas aparecen en el idioma de origen, es decir, portugués para Madeira y Azores y castellano para Canarias. El texto de cada idioma presenta un color diferente, para mejor identificación de los dos: azul oscuro para portugués y azul claro para castellano.

2. Definición de la Cuenta Satélite del Turismo (CST)

La expresión “Cuenta Satélite” ha sido utilizada desde finales de la década de los 70 del siglo pasado para designar las prácticas contabilísticas en áreas específicas que no se encontraban correctamente identificadas en el Sistema de Cuentas Nacionales, y que podrían ser consideradas como “subsistemas satélite” de este sistema.

En la década de lo 80 se consolida la conciencia generalizada de la importancia que tiene el turismo y de su interdependencia con otras actividades económicas y sociales, en esta línea la OMT desarrolló trabajos de investigación en dos sentidos:

i) modificar las clasificaciones y definiciones utilizadas en los trabajos sobre turismo, haciéndolas compatibles con las de otros sistemas estadísticos nacionales e internacionales;

ii) incorporar el turismo en el cuadro analítico de las Cuentas Nacionales.

En 1991, la Conferencia Internacional de Ottawa organizada por la OMT y el Manual de Cuentas Económicas del Turismo se constituirán en los referentes que permitirán la cuantificación del impacto económico del turismo.

Posteriormente, en 1993, la Comisión de Estadísticas de la ONU adoptó las recomendaciones sobre estadísticas de turismo difundidas en la Conferencia de Ottawa, la OMT comenzó a desarrollar un marco conceptual destinado a la elaboración de la Cuenta Satélite del Turismo, cuya versión final fue publicada en 1997 y en 1998. El Comité de Turismo de la OCDE formuló una primera propuesta para la creación de una CST para los países de la OCDE.

De entre los países que elaboraron una CST en la década de los 90, destaca Canadá, cuyos primeros resultados de la CST desarrollada por “Statistics Canada” fueron publicados en 1994, seguidos después por otros países como la República Dominicana, Noruega, Singapur, México, EEUU, etc.

Ya en el siglo XXI, mas precisamente en 2002, EUROSTAT publica el Manual Europeo de Implementación de la Cuenta Satélite del Turismo y Portugal y España inician la elaboración de sus CST. El INE de España publicó en 2004 la serie de la CST de 1995-2002 (base 1995) y en diciembre de 2007 la serie 2000-2006 (base 2000) y el INE de Portugal elaboró la CST para Portugal de 2000 a 2005, siendo divulgada en mayo de 2008 la CST 2005 y las estimativas preliminares de 2006 y 2007 (base 2000).

Si la elaboración de las CST nacionales es importante, su elaboración a nivel regional tiene una importancia cada vez mayor debido al mayor protagonismo de los gobiernos regionales, que necesitan disponer de herramientas de planificación regional

que, a su vez, exigen información estadística a un nivel de desagregación geográfica cada vez menor.

En Portugal, el desarrollo de CST de ámbito regional está todavía en sus primeros pasos, el INE ha iniciado un proyecto de regionalización (2000-2003) por el lado de la Oferta. Surgiendo ahora este estudio, relativo a 2001, realizado por el SREA y por la DREM, para las respectivas Regiones Autónomas de las Azores y de Madeira.

En España, el EUSTAT (Instituto Vasco de Estadística del País Vasco) desarrolló una CST 2000-2004, surgiendo ahora este estudio, relativo a 2002, realizado por el ISTAC para Canarias.

2.1. Conceptos Basicos

Seguidamente, se presentan algunas definiciones ya recogidas en el documento “Cuentas Satélite de Turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual” elaborado por la División de Estadística de Naciones Unidas, la OCDE, la OMT y EUROSTAT en el año 2001.

Las Naciones Unidas definen el Turismo como “el conjunto de actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año, con fines de ocio, por negocios y otros motivos no relacionados con el ejercicio de una actividad remunerada en el lugar visitado”.

Uno de los conceptos más controvertidos de una CST es el término “entorno habitual”, (determinante para la definición del visitante) debido a la dificultad que existe para delimitarlo y que, por definición, es el área territorial en la que el individuo se desplaza diariamente.

Para delimitar el *entorno habitual* se han establecido los siguientes criterios:

- **Distancia.** Por convenio, *los lugares situados próximos al lugar de residencia de una persona, también forman parte del entorno habitual, incluso si son raramente visitados.* Sin embargo, es un criterio con excepciones ya que, los individuos en ocasiones se desplazan diariamente a lugares de trabajo alejados de su domicilio, pero que se incluyen dentro de su entorno habitual.
- **Frecuencia.** El concepto de entorno habitual va unido a desplazamientos que se hacen con regularidad. No obstante, es necesario remarcar, como una excepción importante, que las visitas de fin de semana o en días festivos a

una casa de vacaciones se consideran turísticas o desplazamientos fuera del entorno habitual.

En el ámbito de la CST, los visitantes (personas en la definición de Naciones Unidas) se clasifican según parámetros diferentes, existiendo tres fundamentales:

- Duración del viaje.
- Motivo del viaje.
- Residencia del visitante.
- Atendiendo a la duración del viaje los visitantes se pueden clasificar en dos categorías, turistas y excursionistas. Si el visitante pernocta en el lugar visitado se denomina turista y en caso contrario es excursionista.

El motivo del viaje puede ser variado, pudiéndose distinguir seis causas principales:

- Ocio, recreo y vacaciones.
- Visitas a familiares/amigos.
- Negocios y motivos profesionales.
- Tratamientos de salud.
- Religión y peregrinaciones.
- Otros motivos.

La clasificación de los viajes según el motivo es importante, ya que tiene como objetivo medir algunos elementos de la demanda turística, pudiendo utilizarse para cuantificar los viajes por negocios y los viajes realizados por otras razones.

En relación con la residencia del visitante, entendida desde el punto de vista económico y no del legal, la combinación de la residencia del viajero con el lugar visitado da lugar a diferentes categorías de flujos turísticos, resumidas en el esquema siguiente (figura 4):

Figura 4 - Clasificación de los flujos turísticos según la residencia del viajero y el destino del viaje

		Territorio de destino del viaje		
		<i>Territorio económico</i>	<i>Fuera del territorio económico</i>	<i>TOTAL</i>
Residencia del viajero	<i>Residentes en el territorio económico</i>	Turismo interno	Turismo emisor	Turismo nacional/regional
	<i>No residentes</i>	Turismo receptor		
	<i>TOTAL</i>	Turismo interior		

Los conceptos incluidos en el anterior esquema se definen de la siguiente manera:

- **Turismo Interno:** es el originado por las actividades de los visitantes residentes en Canarias que viajan y permanecen en esta Comunidad Autónoma, pero fuera de su entorno habitual. Debemos advertir que el término “interno”, en este contexto de turismo, difiere del empleado en el Sistema de Cuentas Nacionales (SCN), en el que se refiere a las actividades y gastos tanto de residentes como de no residentes, que viajan dentro del país o región de referencia.
- **Turismo Receptor:** es el relacionado con las actividades de los visitantes no residentes en Canarias, que viajan y permanecen en esta autonomía y están fuera de su entorno habitual.
- **Turismo Emisor:** es el que comprende las actividades de los visitantes residentes en Canarias que viajan y permanecen en lugares situados fuera de la región y fuera de su entorno habitual.

Estas tres modalidades básicas de turismo pueden agruparse, dando lugar a las siguientes categorías:

- **Turismo Interior:** es el de los visitantes, tanto residentes como no residentes, en la Comunidad Autónoma de Canarias. Es, por tanto, el resultado de la suma entre turismo interno o doméstico y turismo receptor o entrante.
- **Turismo Nacional:** es el turismo de los visitantes residentes, dentro y fuera de Canarias. Está formado por la suma entre turismo interno o doméstico y turismo emisor o saliente.
- **Turismo Internacional:** es el realizado por las personas (residentes o no) que se desplazan fuera de su territorio de residencia. Por tanto, está compuesto por la suma del turismo receptor o entrante y el turismo emisor o saliente.

2.2. Aspectos metodológicos generales

La creación de la metodología para la elaboración de una CST es un proceso dinámico y gradual. Dinámico, porque los análisis realizados a lo largo de la construcción de la Cuenta permiten profundizar en la percepción de la realidad en

estudio, permitiendo desarrollar una metodología que permita captar el fenómeno de una forma más adecuada. Gradual, dado que las versiones futuras de la metodología tiene siempre como punto de partida las anteriores.

En este proyecto, el SREA, la DREM y el ISTAC han intentado seguir, en la medida de lo posible, la misma metodología que los Institutos de Estadística Nacionales en la construcción de sus respectivas CST. Los Institutos Nacionales, por su parte, han seguido las recomendaciones de la División de Estadística de las Naciones Unidas y el Manual de Implementación de la CST de la OMT, OCDE y EUROSTAT.

La estructura fundamental de la CST está basada en el equilibrio entre la oferta y demande bienes y servicios de una economía.

Demanda Turística

El turismo es una actividad orientada por la demanda en la medida en que, si no existiese el consumo de individuos efectuado fuera de su entorno habitual, no habría justificación para el desarrollo de determinados tipos de producción.

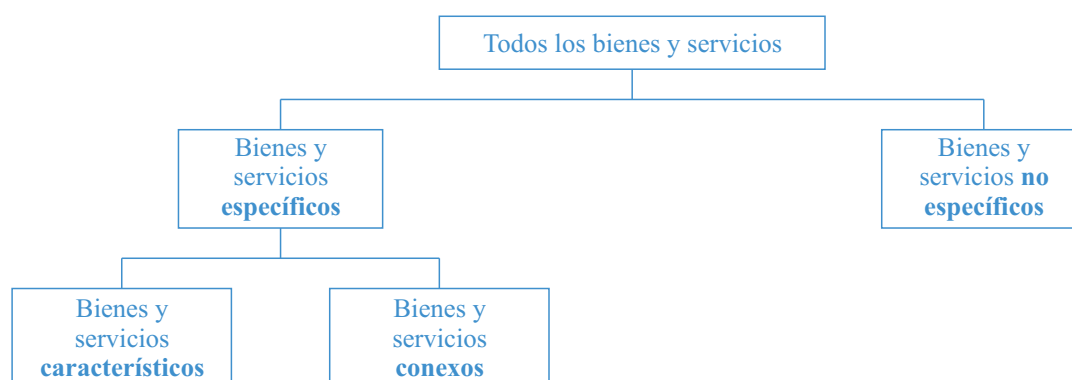
El principal componente de la demanda turística es el gasto realizado por el visitante o en su nombre, antes, durante o después del viaje, estando el gasto relacionado con el viaje y desarrollándose éste fuera del entorno habitual. Para una definición más precisa de este agregado es necesario conocer los diferentes conceptos que lo comprenden:

- **Consumo Turístico Interno:** es el gasto realizado por los visitantes residentes como resultado de sus viajes dentro de Canarias.
- **Consumo Turístico Receptor:** es el consumo efectuado por los visitantes no residentes como resultado de sus viajes a, y dentro de, Canarias y proporcionado por residentes.
- **Consumo Turístico Emisor:** es el realizado por los residentes fuera de Canarias y facilitado por no residentes. No se incluyen los gastos realizados en el lugar de residencia para, o después de, el viaje, ya que este gasto se incluye en el consumo turístico interno.
- **Formación Bruta de Capital Fijo Turística:** es la parte de la formación bruta de capital fijo de las ramas características.
- **Consumo Turístico Colectivo de las Administraciones Públicas:** se trata de la parte del consumo destinado a fines turísticos y que, por definición, sólo es realizado por las Administraciones Públicas.

Oferta Turística

La OMT indica que “*el análisis económico del turismo exige la identificación de los recursos utilizados por los visitantes en sus viajes, del consumo de bienes y servicios adquiridos y, por tanto, la identificación de las unidades económicas que les proveen de esos bienes y servicios*”. Por este motivo es importante definir los productos y actividades más relacionadas con el turismo, para los cuales la demanda de los visitantes representa una parte sustancial de su oferta: son los denominados productos y actividades específicas del turismo.

Figura 5 - Clasificación de productos en la Cuenta Satélite del Turismo



Fuente: OMT/Naciones Unidas

Cuando hablamos de productos específicos del turismo nos referimos a dos tipos:

- **Productos característicos**, son aquellos que en la mayoría de los países y, en caso de ausencia de visitantes, dejarían de existir en cantidad significativa, o para los cuales el nivel de consumo se vería sensiblemente disminuido.
- **Productos conexos**, son los que a pesar de no ser típicos del turismo en el contexto internacional, pueden serlo en un determinado país o región.

Por su parte las actividades características del turismo son aquellas ramas de actividad que producen un producto principal que es característico del turismo, el conjunto de estas actividades define la industria turística.

Tablas de la Cuenta Satélite del Turismo

Siguiendo la recomendación de Naciones Unidas la CST está formada por 10 tablas. El siguiente cuadro muestra, de forma resumida, su contenido:

Figura 6 - Tablas de la CST

Tablas	Contenido
1-3	Consumo del turismo receptor (1), interno (2) y emisor (3), por productos y tipos de visitantes.
4	Consumo turístico interior por productos y tipos de turismo. Resumen de las tablas anteriores, añadiendo información de operaciones no monetarias.
5	Cuentas de producción y explotación de las industrias turísticas.
6	Oferta de servicios interior y consumo turístico interior por productos.
7	Datos de empleo por rama de actividad turística.
8	Formación bruta de capital fijo turística.
9	Consumo colectivo turístico por funciones y nivel de administración
10	Indicadores físicos: nº de visitantes, viajes y pernoctaciones, nº de establecimientos y capacidad por tamaños.

Fuente: OMT/Naciones Unidas.

En el ámbito del proyecto SICER, Azores y Madeira elaboraron las siguientes tablas, presentadas más adelante en los Resultados:

- Tabla 1 - Consumo receptor;
- Tabla 2 - Consumo Interno;
- Tabla 4 - Consumo Interior;
- Tabla 5 - Cuentas de Producción y explotación de las actividades características del turismo;
- Tabla 6 - Oferta y Consumo de Servicios Turísticos, por productos.

Canarias elaboró las siguientes tablas, presentadas más adelante en los Resultados:

- Tabla 2 - Consumo turístico interior por productos y componentes
- Tabla 3. Cuenta de producción de las ramas de actividad
- Tabla 4. Detalle de la producción y de los costes intermedios de las ramas de actividad por tipo de productos e insumos.
- Tabla 5. Empleo de las ramas de actividad.
- Tabla 6. Ratios turísticas por productos y ramas de actividad.

3. Marco y objetivos de las CST elaboradas en el contexto del proyecto SICER-MAC

Una CST constituye una visión ampliada de la actividad turística en un sistema de Cuentas Económicas Nacionales o Regionales, así que la CST de la Macaronésia se basa en un proyecto desarrollado anteriormente por los mismos tres socios, denominado TIO-MAC (Tablas Input/Output de la Macaronésia). En el ámbito de TIO-MAC, se elaboró una Tabla de Destino Ampliada (TDA) para cada una de las regiones (TDA-2001 en Azores y Madeira y TDA-2002 para Canarias). De ahí, que el año para el que se presentan las primeras estimaciones de la CST de Madeira y Azores sea 2001 y el de Canarias 2002.

En el ámbito de la TDA, se realizaron diversos trabajos para que los diferentes componentes de la tabla expresaran la realidad regional, fundamentalmente, en lo que respecta a las estructuras de consumo intermedio. La TDA obligó también a realizar una primera aproximación al gasto final de los residentes fuera del territorio económico y al consumo final de los no residentes en el territorio económico, que fueron después re-evaluados en el ámbito de la CST. La TDA sirvió de punto de partida para muchos de los cálculos inherentes a la CST, sin embargo, la Cuenta Satélite exige un trabajo más detallado, que permite la evaluación o re-evaluación de algunos componentes de la TDA, especialmente en lo que respecta a los agregados del lado de la demanda.

Los principales objetivos de la CST son:

- La estimación de indicadores que permitan medir la importancia del Turismo en la estructura económica regional, fundamentalmente el peso del Turismo sobre el Producto Interno Bruto (PIB), el Output Turístico y el peso del Consumo Turístico en el Consumo Interior.
- La obtención de estimaciones que garanticen la comparación a lo largo del tiempo, entre las diferentes ramas de la economía regional y entre diferentes economías.
- La identificación de los diferentes segmentos de Demanda Turística, considerando la residencia de los visitantes - y la categoría de los visitantes - excursionistas y turistas.

4. Resultados

4.1. Vertente da Procura / Vertiente de la Demanda

4.1.1. CST Açores e Madeira 2001

Transversal a todos os quadros da Procura Turística há uma questão que importa esclarecer relativa à chamada avaliação líquida dos pacotes turísticos. Esta é uma das especificidades metodológicas da CST, havendo um tratamento distinto do que é realizado no âmbito das Contas Nacionais e Regionais e cujo objectivo é medir com maior exactidão a produção dos produtos característicos do turismo.

“As agências de viagens funcionam como intermediárias entre os produtores de serviços associados às deslocações dos viajantes (companhias de transporte, hotéis, etc. e operadores turísticos) e os seus consumidores (famílias e empresas, por exemplo). Os serviços transaccionados englobam uma grande variedade de serviços relacionados com as deslocações dos visitantes podendo referir-se a um produto facilmente identificável (bilhete de avião ou dormida num hotel), ou a pacotes turísticos que incorporam vários produtos turísticos (transportes, alojamento, restauração...), os quais são tratados como produto global. Esses pacotes turísticos são produzidos pelos operadores turísticos, sendo que o serviço de intermediação, por parte das agências de viagens, é remunerado através de uma comissão, a qual está incluída nos custos transaccionados.

Em resumo, os pacotes turísticos podem ser vendidos directamente aos seus consumidores, ou por intermédio das agências de viagens. Enquanto que as agências de viagens são meros intermediários entre os produtores desses serviços e os consumidores finais, os operadores turísticos adquirem os diferentes produtos, com os quais produzem um pacote turístico, produto este que será consumido pelo consumidor final, o qual desconhece o verdadeiro valor dos diferentes componentes do pacote turístico, uma vez que paga o pacote turístico como um único produto. Quer a agência de viagens, quer o verdadeiro prestador dos serviços alvo de intermediação estão envolvidos na prestação desses serviços ao visitante, pelo que ambos devem ser alvo de análise, procedendo-se à decomposição do valor cobrado pelas agências de viagens.

Na CST os operadores turísticos são considerados meros intermediários das componentes do pacote, pelo que a sua produção corresponde à margem de

comercialização do pacote. O consumo das restantes componentes (alojamento, restauração, etc.) é afecto aos respectivos produtos.

Na prática, a lógica apresentada é difícil de aplicar por motivos de dificuldades de fontes disponíveis. O problema surge, principalmente, devido à falta de informação disponível por parte das empresas, nomeadamente ao nível do conteúdo dos inquéritos disponíveis, ou da sua estrutura. Além disso, o SEC 95 não prevê esta forma de contabilização. De facto, o SEC 95 considera o pacote turístico um novo produto e, como tal, a respectiva valorização da produção/consumo não deve ser feita apenas pela margem mas pelo valor total do pacote. Desta forma, as próprias Contas Nacionais e Regionais não usam este conceito de avaliação líquida dos pacotes turísticos, pelo que se trata de uma diferença conceptual entre as Contas Nacionais/Regionais e a CST.”

Quadro 1 - Consumo do Turismo Receptor

O Quadro 1 da CST refere-se à Despesa do Consumo Final dos Visitantes Não Residentes no território económico, desagregando-a por tipo de bens e categorias de visitantes (turistas e excursionistas). As despesas constantes deste quadro dizem respeito apenas às despesas efectuadas em viagens por motivos de Lazer ou Visitas a Familiares e Amigos (VFA), sendo as de Turismo de Negócios alvo de tratamento no Quadro 4, na rubrica “Outras Componentes do Consumo Turístico”.

Os turistas são todos os visitantes residentes no estrangeiro ou no resto do País que pernoitaram na Região. Os excursionistas são os não residentes que visitaram a Região, sem nela pernoitarem. No caso dos Açores, a partir da principal fonte utilizada na construção deste quadro, o Inquérito aos Turistas 2001, foi possível verificar que, apesar da existência de excursionistas, o seu número era insignificante (apenas 38 em 2549 entrevistas) e estava concentrado num segmento específico de viagens de negócios (excluído à partida do Quadro 1) com vinda a S. Miguel e regresso a Lisboa no próprio dia. Por isso, este quadro apresenta apenas a coluna dos turistas preenchida.

As principais fontes de dados para este quadro foram:

- No caso dos Açores, o Quadro de Empregos Alargado (QEA) 2001 - Consumo Final dos Não Residentes no Território e o Inquérito aos Turistas 2001,

¹ INE(2006), CST de Portugal (2000) – Metodologia e Quadros de Resultados (não publicado), Lisboa

operação estatística levada a cabo pelo SREA durante um ano junto de cerca de 2550 visitantes não residentes nos aeroportos à saída da Região. Esta operação estatística, constituiu uma das principais fontes de informação do consumo turístico dos visitantes não residentes, fornecendo, para além da estrutura de despesas realizadas pelos turistas na Região, uma estimativa da despesa média per capita e por viagem e um conjunto bastante vasto de informações sobre as características pessoais e da viagem (motivação, duração da estada, tipo de alojamento utilizado, utilização de rent-a-car, utilização de transportes aéreos e marítimos inter-ilhas, recurso a agência de viagens, actividades levadas a cabo, etc.) que foram determinantes para a obtenção dos valores apresentados neste quadro. Para além do Inquérito aos Turistas 2001, contribuíram para a elaboração deste quadro, de forma directa ou indirecta, o Inquérito Mensal aos Estabelecimentos Hoteleiros e Outros Meios de Alojamento, as Estatísticas dos Transportes Aéreos e Marítimos e o Inquérito Harmonizado às Empresas 2001.

- No caso da Madeira, partindo igualmente do QEA, foi utilizado o estudo encomendado pela direcção Regional de Turismo à empresa DOMP, para avaliar o peso do Turismo de Negócios a fim de o excluir deste quadro; o “Estudo sobre a Satisfação dos Turistas de Cruzeiro da área Madeira-Canárias”, para a desagregação do consumo dos excursionistas e o Inquérito aos Gastos dos Estrangeiros Não Residentes (IGENR), para o consumo dos turistas.

QUADRO 1. Consumo do Turismo Receptor por produtos e categorias de visitantes

Região Autónoma dos Açores

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes
A. Produtos característicos	x	93 675	93 675
1. Alojamento	x	21 964	21 964
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	x	21 964	21 964
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	x
2. Restauração e Bebidas	x	26 284	26 284
3. Transporte de Passageiros	x	42 664	42 664
3.1 Transporte rodoviário interurbano	x	2 485	2 485
3.2 Transporte por água	x	399	399
3.3 Transporte aéreo	x	28 226	28 226
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	x	6 519	6 519
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	x	5 035	5 035
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	x	1 540	1 540
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	x	1 222	1 222
B. Produtos Não Característicos	x	30 994	30 994
Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)	x	124 669	124 669

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

QUADRO 1. Consumo do Turismo Receptor por produtos e categorias de visitantes

Região Autónoma da Madeira

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Excursionistas	Turistas	Total dos Visitantes
A. Produtos característicos	4 571	420 165	424 736
1. Alojamento	x	187 621	187 621
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	x	187 621	187 621
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	x
2. Restauração e Bebidas	1 293	122 344	123 637
3. Transporte de Passageiros	2 517	68 460	70 977
3.1 Transporte rodoviário interurbano	2 517	4 532	7 049
3.2 Transporte por água	x	995	995
3.3 Transporte aéreo	x	25 247	25 247
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0	17 039	17 039
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	20 646	20 646
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	474	12 573	13 048
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	287	29 167	29 454
B. Produtos Não Característicos	4 089	103 914	108 004
Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)	8 660	524 080	532 740

Fonte: Serviço Regional de Estatística da Madeira

Quadro 2 - Consumo do Turismo Interno

O Quadro 2 refere-se à Despesa de Consumo Final dos Visitantes Residentes no território económico regional, nas suas viagens de Lazer e VFA, quer no interior da Região, quer no exterior (neste último caso, apenas as despesas efectuadas na Região, antes e depois da viagem).

Neste quadro seguiu-se o método de estimação das principais rubricas, em relação às quais existem elementos que permitem obter valores de qualidade razoável, como é o caso do Alojamento e dos Transportes Aéreos. No caso de outros produtos como a restauração e os serviços culturais e recreativos, foi feita uma aproximação como é o caso do Alojamento e dos Transportes Aéreos. No caso de outros produtos como a restauração e os serviços culturais e recreativos, foi feita uma aproximação com base nos valores do consumo final dos residentes e na sua proporção em relação ao consumo ao nível nacional, bem como por diferença entre a oferta turística e o consumo receptor mais as outras componentes do consumo turístico.

Essenciais, de forma directa ou indirecta, foram a informação da TAP, do Grupo SATA e do INAC (Instituto Nacional de Aviação Civil) acerca do número de residentes que embarcaram para fora das Regiões Autónomas portuguesas e os dados dos Inquéritos Mensais aos Meios de Alojamento, bem como o Inquérito aos Orçamentos Familiares e o vector do Consumo Final das Famílias do QEA 2001.

No caso dos Açores, o **Inquérito à Procura Turística dos Residentes**, para o qual havia nesse ano uma amostra representativa para a Região, constituiu uma fonte de informação chave para o conhecimento acerca das viagens turísticas realizadas pelos residentes (estimativa das despesas per capita e por viagem, motivo, duração da viagem, recurso a agência de viagens, modo de transporte utilizado, etc.), bem como sobre a percentagem da população residente nos Açores que viaja e o número de viagens, de acordo com o motivo da viagem, que muito ajudaram na obtenção dos valores apresentados neste quadro.

QUADRO 2. Consumo do Turismo Interno por produtos e categorias de visitantes residentes

Ano 2001

Região Autónoma dos Açores

unidade: mil euros

Produtos	Residentes em viagem no Interior da Região	Residentes em viagem para fora da Região	Total de Residentes em Viagem
A. Produtos característicos	27 118	32 028	59 147
1. Alojamento	2 974	348	3 322
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	2 974	348	3 322
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	x
2. Restauração e Bebidas	4 723	462	5 185
3. Transporte de Passageiros	15 759	23 030	38 789
3.1 Transporte rodoviário interurbano	1 401	100	1 501
3.2 Transporte por água	2 378	4	2 382
3.3 Transporte aéreo	6 366	18 840	25 206
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	1 736	4 085	5 822
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	3 878	0	3 878
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	2 440	8 188	10 628
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	1 222	0	1 222
B. Produtos Não Característicos	19 121	1 197	20 317
Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)	46 239	33 225	79 464

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

Ano 2001

Região Autónoma da Madeira

unidade: mil euros

Produtos	Residentes em viagem no Interior da Região	Residentes em viagem para fora da Região	Total de Residentes em Viagem
A. Produtos característicos	23 665	42 584	66 249
1. Alojamento	4 681	0	4 681
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	4 681	0	4 681
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	x
2. Restauração e Bebidas	1 981	205	2 187
3. Transporte de Passageiros	10 188	31 373	41 561
3.1 Transporte rodoviário interurbano	41	296	337
3.2 Transporte por água	4 672	0	4 672
3.3 Transporte aéreo	3 938	26 019	29 957
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	1 468	5 058	6 526
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	69	0	69
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	431	10 362	10 792
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	6 384	644	7 029
B. Produtos Não Característicos	3 079	171	3 251
Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)	26 744	42 756	69 500

Fonte: Serviço Regional de Estatística da Madeira

Quadro 4 - Consumo do Turismo Interior

O Quadro 4 constitui um resumo do Consumo Turístico Interior. É composto por duas colunas que apresentam os totais dos dois quadros precedentes (uma do turismo receptor e outra relativa ao turismo interno) e uma terceira que engloba as “Outras Componentes do Consumo Turístico”.

As “Outras Componentes do Consumo Turístico” estão essencialmente relacionadas com as despesas de consumo do Turismo de Negócios de residentes e não residentes. Esta coluna inclui ainda a valorização das residências secundárias utilizadas para fins turísticos, cuja fonte foi o Inquérito aos Orçamentos Familiares e um elemento residual das componentes turísticas de Consumo Final das Administrações Públicas e das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias, contemplado na rubrica Cultura e Lazer.

Para a estimativa do montante relativo a Viagens de Negócios dos Não Residentes, na Madeira o cálculo foi baseado nos dados do relatório da empresa DOMP sobre satisfação dos turistas em visita à Madeira, enquanto nos Açores os cálculos foram efectuados com recurso aos dados do Inquérito aos Turistas 2001 e aos dados das transportadoras aéreas.

Ainda relativamente aos Açores e no que toca às Viagens de Negócios dos Residentes, partindo dos valores do consumo intermédio do QEA relativos a Alojamento, Restauração e Transportes, estimou-se a parte deste que diz respeito a viagens efectuadas apenas no interior da Região, com base, uma vez mais, no Inquérito à Procura Turística dos Residentes.

Para a Madeira, foram realizadas estimativas tendo como referência os valores de consumo intermédio efectuado pelos ramos de actividade no âmbito da produção dos respectivos bens ou serviços, valores estes calculados a partir da informação que serve de base ao Quadro de Empregos Alargado, interessando para a CST apenas a componente turística do consumo dos produtos.

Em relação às residências secundárias utilizadas para fins turísticos, a determinação do valor resulta de análise de informação do Inquérito aos Orçamentos Familiares que identifica as despesas das famílias em rendas habitacionais de habitações principais e secundárias. Esta valorização inclui a dos alojamentos utilizados no regime de *time-sharing*, particularmente relevantes no caso da Madeira.

A avaliação do consumo final das Administrações Públicas e das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias, embora residual, permite efectuar o cálculo da componente não monetária do Consumo Turístico, reflectindo esta componente a parcela do custo de produção associada à entrada, por exemplo, num museu e que não está reflectida no preço do bilhete (parte não mercantil).

QUADRO 4. Consumo do Turismo Interior por produtos e categorias de visitantes

Região Autónoma dos Açores

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Despesas de Consumo Turístico			Outras componentes do consumo do consumo do Turismo Turístico	Consumo do Turismo Interior
	Operações Monetárias				
	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo Interior		
A. Produtos característicos	93 675	59 147	152 822	80 687	233 509
1. Alojamento	21 964	3 322	25 286	22 074	47 360
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	21 964	3 322	25 286	13 794	39 081
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	x	8 280	8 280
2. Restauração e Bebidas	26 284	5 185	31 469	15 669	47 138
3. Transporte de Passageiros	42 664	38 789	81 454	36 740	118 193
3.1 Transporte rodoviário interurbano	2 485	1 501	3 987	1 101	5 088
3.2 Transporte por água	399	2 382	2 781	138	2 919
3.3 Transporte aéreo	28 226	25 206	53 432	27 427	80 859
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	6 519	5 822	12 341	6 335	18 675
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	5 035	3 878	8 914	1 738	10 652
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	1 540	10 628	12 169	4 532	16 701
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	1 222	1 222	2 444	1 672	4 116
B. Produtos Não Característicos	30 994	20 317	51 311	1 138	52 449
Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)	124 669	79 464	204 132	81 825	285 958

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

Região Autónoma da Madeira

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Despesas de Consumo Turístico			Outras componentes do consumo do consumo do Turismo Turístico	Consumo do Turismo Interior
	Operações Monetárias				
	Turismo Receptor	Turismo Interno	Turismo Interior		
A. Produtos característicos	424 736	66 249	490 986	85 709	576 694
1. Alojamento	187 621	4 681	192 302	11 625	203 927
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	187 621	4 681	192 302	4 157	196 459
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	x	7 467	7 467
2. Restauração e Bebidas	123 637	2 187	125 823	41 447	167 270
3. Transporte de Passageiros	70 977	41 561	112 537	25 023	137 561
3.1 Transporte rodoviário interurbano	7 049	337	7 386	2 263	9 649
3.2 Transporte por água	995	4 672	5 668	48	5 715
3.3 Transporte aéreo	25 247	29 957	55 204	19 567	74 771
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	17 039	6 526	23 565	2 593	26 157
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	20 646	69	20 715	552	21 267
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	13 048	10 792	23 840	4 542	28 383
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	29 454	7 029	36 482	3 072	39 554
B. Produtos Não Característicos	108 004	3 251	111 254	71	111 326
Total do Consumo Monetário Turístico (valor líquido)	532 740	69 500	602 240	85 780	688 020

Fonte: Serviço Regional de Estatística da Madeira

4.1.2. CST Canarias 2002

El marco metodológico que usamos como referencia ha tenido como base la documentación siguiente:

- Las aportaciones metodológicas del Instituto Nacional de Estadística (INE). Con ello conseguimos garantizar la homogeneidad y comparabilidad de nuestros resultados con los datos globales de la Cuenta Satélite del Turismo de España.
- El documento “Cuentas Satélite de Turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual” elaborado por la División de Estadística de Naciones Unidas, la OCDE, la OMT y EUROSTAT en el año 2001.

La CST es una operación que utiliza toda la información disponible en el sistema estadístico, tanto la procedente de encuestas dirigidas a empresas o a hogares, como registros administrativos, información puntual de empresas o de la Administración Pública, etc.

Es preciso tener en cuenta que todas las fuentes estadísticas deben ser sometidas previamente a un sistema intermediario que permita adaptar sus resultados a los conceptos del SEC-95 y, posteriormente, ser sometidas a un proceso de ajuste y confrontación de las diversas fuentes estadísticas, por lo que los resultados obtenidos en esta estadística de síntesis no serán los extraídos directamente de una fuente de información determinada.

Para la realización del proyecto fue necesario el estudio de las fuentes de información disponibles sobre el sector turístico en Canarias con un triple objetivo: detectar las carencias informativas, definir explotaciones adicionales de las fuentes existentes, y cuantificar los recursos necesarios para afrontar la elaboración de la CST.

Desde la perspectiva de la Demanda las **principales fuentes** utilizadas han sido las siguientes:

- La Encuesta de Gasto Turístico (ISTAC) que suministra información básica para el conocimiento del turismo en Canarias, analizado desde el punto de vista de la demanda. La encuesta tiene como objetivo principal el conocimiento del perfil de los turistas que visitan el Archipiélago Canario, analizando la cuantía y composición del gasto que realizan, así como los motivos que les impulsan a viajar a nuestra comunidad autónoma y su grado

de satisfacción sobre la oferta turística y sobre los servicios recibidos durante su estancia.

- La Estadística de Movimientos Turísticos en Fronteras (FRONTUR, IET), es realizada por el Instituto de Estudios Turísticos y tiene como objetivo la cuantificación y caracterización de los flujos de entrada de visitantes no residentes por las fronteras españolas. La encuesta proporciona información sobre el número de visitantes, número de pernoctaciones, estancia media y algunas cifras de gasto.
- La Estadística Movimientos Turísticos de los Españoles (FAMILITUR, IET) en la que se recoge información sobre viajes turísticos, pernoctaciones, estancia media y algunos datos de gasto de los residentes en el territorio nacional. Se incluye también algunas características de las excursiones realizadas por los españoles durante el año de referencia.
- La Encuesta Continua de Presupuestos Familiares (ECPF, INE) que aporta cifras de gastos de consumo anual de los hogares a nivel estatal y por comunidades autónomas.

Aspectos metodológicos para la estimación de la Demanda

Aunque la OMT recomienda elaborar cuatro tablas de demanda para describir de manera detallada el consumo de los distintos tipos de visitantes, el ISTAC se ha decantado por realizar una única tabla resumen debido al problema de obtención de datos sobre el turismo emisor y el excursionismo.

Esta tabla recoge en sus filas los diferentes productos (característicos y no característicos) y en sus columnas los componentes del gasto (receptor, hogares, intermedio y Administraciones Públicas).

El consumo turístico de los productos se valora neto de los márgenes de las agencias de viajes y tour-operadores cuya cifra se recoge en los servicios de agencias de viajes. De igual forma, los bienes se valoran netos de márgenes de distribución.

A continuación comentamos algunos de los aspectos más importantes efectuados para el cálculo del gasto turístico según sus componentes:

1) Consumo turístico de los hogares no residentes o receptor:

Se trata del consumo turístico de los visitantes no residentes en Canarias y facilitado por residentes. Para su estimación se tuvo en cuenta gran parte de

la información proveniente de la Encuesta de Gasto Turístico del ISTAC. El objetivo de la encuesta es conocer, desde el lado de la demanda, determinadas características socioeconómicas de los turistas, así como información cuantitativa sobre el gasto realizado por los mismos en la Comunidad Autónoma de Canarias.

Para obtener el gasto o consumo turístico de los no residentes fue necesario realizar algunas estimaciones con el fin de adaptar la información de la encuesta a los productos de nuestra Cuenta Satélite. Esto ocurrió, por ejemplo, con el gasto abonado en origen, ya que fue necesario estimar la proporción de gasto que revierte en Canarias.

2) Consumo turístico final de los hogares residentes en Canarias:

Esta partida recoge el consumo turístico efectuado por los visitantes residentes en la región, sea cual sea el destino final de su viaje (Canarias o resto de destinos). También se incluyen aquellos bienes o servicios producidos en el extranjero, o por no residentes, pero vendidos en Canarias (importaciones). Por tanto, se tiene en cuenta la parte interna del consumo turístico emisor.

La metodología utilizada en esta Cuenta Satélite partió del gasto en consumo final de los hogares residentes de la Tabla Destino Ampliada de Canarias 2002, diferenciando en productos característicos y no característicos. Seguidamente, se efectuaron las oportunas matizaciones para obtener la parte turística, entre ellas podemos destacar:

- En el producto hoteles y similares se consideraron no turísticos los servicios correspondientes a las personas que residen habitualmente en estos establecimientos.
- Para los servicios de alquiler inmobiliario se tuvieron en cuenta las directrices dadas por el Sistema Europeo de Cuentas (SEC 95), el cual da razones para realizar una imputación de los servicios de alojamiento en viviendas propias indicando **que:** *“la ratio de viviendas ocupadas por sus propietarios puede variar perceptiblemente entre países e incluso, entre períodos de tiempo dentro de un país, de modo que, las comparaciones internacionales e intertemporales de la producción y del consumo de los servicios por los hogares, pueden estar distorsionadas si no se hace*

ninguna imputación al valor de los servicios de alojamiento en viviendas propias”.

En el caso concreto de la CST la imputación se refiere a las segundas viviendas ocupadas por el propietario principalmente para fines turísticos.

- El gasto en la modalidad de transporte aéreo es de gran relevancia puesto que son muchos los desplazamientos efectuados entre islas a través de este medio. Se consideró que la totalidad del transporte aéreo era turístico.

El gran problema que se presenta para valorar este consumo es el de obtener el peso que tienen las compañías aéreas nacionales en Canarias. Dicha regionalización ya había sido recogida en el Marco Input-Output 2002, lo cual facilitó en gran medida la estimación de este consumo.

- El consumo en transporte por carretera ha sido estimado, principalmente, a través de la información disponible vía oferta, con estadísticas de transporte de viajeros por carretera.
- El gasto en transporte marítimo también es de gran importancia en Canarias, ya que son muchos los visitantes que utilizan este medio y muchas las empresas dedicadas a esta actividad en la Comunidad Autónoma. Al igual que en el caso del transporte aéreo se consideró que toda la actividad de pasajeros es turística.
- Para la estimación de los servicios de las agencias de viaje se utilizó la información de la Tabla de Destino Ampliada de Canarias 2002. Como señala la OMT, la valoración de estos servicios se ha realizado por su margen y no por su producción bruta. Esta tarea ya había sido contemplada en la Tabla Input-Output.

3) Consumo turístico intermedio

Al igual que para el consumo de los hogares se partió de los datos de la Tabla Destino Ampliada de Canarias 2002, identificando los productos en los que este componente puede realizar gasto turístico. Así, siguiendo las recomendaciones para la elaboración de una CST, tenemos:

- Hoteles y similares.
- Transporte de viajeros por carretera.
- Transporte marítimo de pasajeros.
- Transporte aéreo de pasajeros.
- Servicios de agencias de viaje.
- Alquiler de automóviles.

No obstante, los datos que nos proporciona la Tabla de Destino se refieren al total de consumos de las empresas, incluyendo tanto los turísticos (efectuados fuera del entorno habitual) como los no turísticos. Por ello fue preciso utilizar información adicional proporcionada por las encuestas realizadas para la elaboración del Marco Input-Output.

Con respecto a los gastos de manutención en el viaje por motivo de trabajo (gastos en bebidas, comidas, etc.), se incluyen en el gasto en consumo final de los hogares y no en el consumo intermedio. Esto es debido al tratamiento contable de esta partida, considerada remuneración en especie según el SEC-95.

4) Consumo Turístico de las Administraciones Públicas:

El Consumo Turístico de las Administraciones Públicas se puede clasificar en individual y colectivo. El consumo individual (también denominado transferencias sociales en especie) incluye, según el SEC, los bienes y servicios individuales proporcionados a los hogares como transferencias en especie por unidades de las Administraciones Públicas y las ISFLSH (Instituciones Sin Fines de Lucro al Servicio de los Hogares), tanto si se han adquirido en el mercado como si proceden de la producción no de mercado de las unidades citadas anteriormente.

Entre los gastos considerados como consumo individual turístico en la Cuenta Satélite del Turismo de Canarias se encuentran la financiación de los gastos de transporte de los residentes (tanto marítimo como aéreo) y los gastos en servicios culturales y recreativos.

En cuanto al consumo colectivo, recoge diversas actividades turísticas que realizan las Administraciones Públicas, como:

- Promoción turística.
- Coordinación y planificación general relativa a los asuntos del turismo.
- Elaboración de las estadísticas y de información básica del turismo.
- Administración de las oficinas de información.
- Control y regulación de los establecimientos en contacto con los visitantes.
- Control específico de los visitantes residentes y no residentes.
- Servicios de protección civil relativa a la protección de los visitantes.
- Otros Servicios.

El problema que surgió al estimar este consumo es que la información presupuestaria de la administración de la Comunidad Autónoma Canaria, de las Entidades Locales y de la Administración General del Estado en Canarias, no permitía estimar directamente esas actividades porque no aparecen explícitamente desglosadas en la clasificación funcional del presupuesto. Por tanto, fue necesario llevar a cabo un estudio de la clasificación funcional del presupuesto para clasificar aquellos servicios con fines turísticos y, a continuación, estimar dentro de esos servicios los destinados a los visitantes fuera de su entorno habitual. Como ejemplo podemos citar los servicios de seguridad ciudadana, que clasificándose como turísticos es necesario estimar qué parte se destina a los visitantes que están fuera de su ámbito cotidiano.

Tabla de demanda turística

La tabla de demanda turística contiene información similar a la propuesta de la ONU (tablas 1-4, 8 y 9), aunque con diferente estructura y detalle. La información publicada se refiere al consumo receptor y consumo interno (hogares, viajes de negocio y AAPP) por productos característicos.

TABLA 2. Consumo turístico interior por productos y componentes

Canarias

Año 2002

unidad: miles de euros

Productos	Total consumo turístico interior	Consumo turístico receptor	Consumo turístico hogares	Consumo turístico intermedio	Gasto en consumo turístico de las AAPP
Productos característicos	9 197 428	6 477 169	1 965 881	533 188	221 191
Servicios de alojamiento	2 781 722	2 503 743	267 009	10 970	0
Hoteles y similares	2 576 489	2 462 696	102 822	10 970	0
Servicios de alquiler inmobiliario	205 233	41 047	164 186	0	0
Restaurantes y similares	2 467 432	1 864 579	555 152	47 701	0
Transporte de pasajeros	2 021 586	1 157 089	606 984	158 536	98 978
Transporte de viajeros por carretera	342 241	277 179	62 734	1 513	815
Transporte marítimo de pasajeros	433 221	177 033	237 517	9 001	9 670
Transporte aéreo de pasajeros	1 246 124	702 877	306 733	148 022	88 492
Servicios de agencias de viajes	829 532	101 397	426 768	273 567	27 798
Servicios anexos al transporte	387 951	340 821	12 924	34 205	0
Alquiler de bienes de equipo de transporte	204 320	124 784	71 328	8 208	0
Servicios culturales, recreativos y deportivos	427 617	384 755	25 716	0	17 145
Servicios turísticos no mercado de las AAPP	77 270	0	0	0	77 270
Productos no característicos	2 218 445	1 931 901	286 544	0	0
Bienes	1 199 369	1 022 766	176 603	0	0
Márgenes de distribución de bienes	619 235	555 441	63 795	0	0
Otros servicios	399 840	353 694	46 146	0	0
Total producción (precios básicos)	11 415 873	8 409 070	2 252 424	533 188	221 191

Fuente: Instituto Canario de Estadística.

4.2 Vertente da Oferta/ Vertiente de la Oferta

4.2.1 CST Açores e Madeira - 2001

Quadro 5 - Conta de Produção das Actividades Turísticas e Restantes Actividades

O Quadro 5 apresenta a Conta de Produção dos ramos característicos e dos ramos não característicos do turismo, identificando a Produção Interna (a preços de base), o Consumo Intermédio (a preços de aquisição) e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

O ponto de partida para o preenchimento deste quadro foi os ficheiros disponibilizados pelo Serviço de Contas Regionais do INE para os totais da Produção, Consumo Intermédio e VAB. Igualmente importante foi o trabalho de regionalização desenvolvido pelo Serviço de Contas Satélite do INE, o qual permitiu fixar os valores da Produção, do Consumo Intermédio e do VAB das actividades características da CST.

A estrutura da produção por produtos resultou em grande medida de uma matriz de produção regional elaborada aquando do projecto TIO-MAC.

Adicionalmente, foi feito um trabalho de análise por ramos tendo por base o Inquérito Anual às Empresas que versa os documentos contabilísticos das empresas, nomeadamente, o Balanço e a Demonstração de Resultados. A análise dos dados deste inquérito, após o tratamento que possibilitou a identificação das UAEL, permitiu fazer a separação entre produtos característicos e produtos não característicos dentro dos ramos característicos da CST; como, por exemplo, nos transportes distinguir o transporte de passageiros (produto característico) do transporte de mercadorias (produto não característico). Foram igualmente efectuados contactos com as empresas. No ramo do transporte aéreo foi possível fazer a análise dos balancetes das transportadoras aéreas, com o objectivo de distinguir entre transporte de passageiros e transporte de carga.

No caso dos Açores, admitindo que a estrutura do Consumo Intermédio das empresas dos ramos característicos do turismo é semelhante independentemente da sua localização, adoptou-se a estrutura do Quadro de Recursos e Empregos Nacional como boa fonte de informação para a desagregação por produtos. A Madeira baseou-se no QEA-2001 e na informação de base recolhida aquando da elaboração deste quadro.

O VAB, resulta da diferença entre a Produção e o Consumo Intermédio.

O Excedente Bruto de Exploração é determinado por saldo, após cálculo das Remunerações dos Empregados e dos Outros Impostos Líquidos de Subsídios à Produção.

O cálculo das Remunerações dos Empregados dos ramos característicos teve por base os ficheiros do Serviço de Contas Regionais do INE. O cálculo dos Outros Impostos Líquidos de Subsídios à Produção, teve por base o trabalho desenvolvido pelo projecto TIO-MAC.

De referir que houve um confronto de informação entre os valores obtidos pelo SREA e a DREM e o trabalho de regionalização da CST portuguesa feito pelo INE, resultando daí uma compatibilização de números, o que não colocou problema porque as fontes que sustentavam os cálculos eram semelhantes.

QUADRO 5. Conta de produção das actividades turísticas e restantes actividades

Região Autónoma dos Açores

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Actividades Características do Turismo										Total Actividades características	Actividades não características	Produção Interna (a preços base)
	1. Hotéis e Similares	2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	3. Restaurantes e Similares	4. Transportes rodoviários	5. Transportes marítimos	6. Transportes aéreos	7. Serviços auxiliares aos transportes	8. Aluguer de equipamento de transporte	9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	10. Desporto, Recreação e Lazer			
A. Produtos característicos	50 244	8 342	84 134	8 130	3 010	101 448	56 120	9 624	15 652	8 210	344 914	132 781	477 695
1. Alojamento	37 946	8 342	0	0	0	0	0	0	0	0	46 288	73 547	119 835
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	37 946	x	0	0	0	0	0	0	0	0	37 946	531	38 477
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	8 342	x	x	x	x	x	x	x	x	8 342	73 016	81 358
2. Restauração e Bebidas	12 297	x	84 134	0	0	0	0	0	0	2 893	99 324	239	99 563
3. Transporte de Passageiros	0	x	0	8 130	3 010	101 448	56 120	9 624	0	0	178 332	22 576	200 908
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0	x	0	8 130	0	0	0	0	0	0	8 130	17 234	25 364
3.2 Transporte por água	0	x	0	0	3 010	0	0	0	0	0	3 010	241	3 251
3.3 Transporte aéreo	0	x	0	0	0	101 448	0	0	0	0	101 448	0	101 448
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0	x	0	0	0	0	56 120	0	0	0	56 120	1 912	58 031
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	x	0	0	0	0	0	9 624	0	0	9 624	3 190	12 814
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	0	x	0	0	0	0	0	0	15 652	0	15 652	0	15 652
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	0	x	0	0	0	0	0	0	0	5 317	5 317	36 420	41 737
B. Produtos Não Característicos	1 554	x	4 428	8 808	30 438	11 272	37 413	0	401	14 596	108 910	3 361 486	3 470 396
OUTPUT TOTAL (a preço base)	51 798	8 342	88 562	16 938	33 448	112 720	93 533	9 624	16 053	22 806	453 824	3 494 267	3 948 090
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	1 625	0	4 463	3	7	0	0	1	0	76	6 177	x	x
2. Indústria Extractiva	13	0	34	1	0	0	113	0	0	1	162	x	x
3. Indústria Transformadora	12 132	0	33 315	3 145	2 588	16 343	3 536	682	1 977	2 218	75 935	x	x
4. Electricidade, gás e água	804	0	2 208	131	49	1 026	2 868	14	96	403	7 599	x	x
5. Construção	173	533	475	489	12	740	6 361	39	422	230	9 474	x	x
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	482	0	1 324	986	356	7 554	2 197	1 277	2 374	457	17 006	x	x
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	454	0	1 245	3 649	15 472	36 040	6 692	275	2 961	731	67 520	x	x
8. Prestação de Serviços	2 735	0	7 509	1 690	9 568	14 278	14 909	1 919	2 161	3 024	57 793	x	x
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	244	0	669	105	180	12	679	37	83	1 722	3 731	x	x
Consumo Intermédio Total	18 661	533	51 244	10 199	28 234	75 992	37 355	4 243	10 074	8 861	245 396	1 534 607	1 780 003
VAB (a preço base)	33 136	7 809	37 318	6 740	5 214	36 728	56 178	5 381	5 979	13 945	208 428	1 959 660	2 168 088
Remunerações dos empregados	13 865	0	15 615	3 240	4 106	28 539	38 965	1 475	4 147	12 737	122 690	1 077 262	1 199 952
Outros impostos líquidos de subsídios à produção	12	0	- 86	- 207	- 19 233	- 7	0	88	- 98	- 80	- 19 611	- 32 030	- 51 641
Excedente / Rendimento Bruto	19 259	7 809	21 790	3 707	20 341	8 196	17 212	3 818	1 930	1 288	105 349	914 428	1 019 777

Fonte: Serviço Regional de Estatística dos Açores

QUADRO 5. Conta de produção das actividades turísticas e restantes actividades

Região Autónoma da Madeira

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Actividades Características do Turismo										Total Actividades características	Actividades não características	Produção Interna (a preços base)
	1. Hotéis e Similares	2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)	3. Restaurantes e Similares	4. Transportes rodoviários	5. Transportes por água	6. Transportes aéreos	7. Serviços auxiliares aos transportes	8. Aluguer de equipamento de transporte	9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos	10. Desporto, Recreação e Lazer			
A. Produtos característicos	276 767	8 056	192 248	22 326	5 923	108 533	87 315	18 150	25 009	61 652	805 979	380 534	1 186 512
1. Alojamento	191 028	8 056	0	0	0	0	0	0	0	0	199 084	164 587	363 671
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	191 028	x	0	0	0	0	0	0	0	0	191 028	121	191 149
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	8 056	x	x	x	x	x	x	x	x	8 056	164 465	172 522
2. Restauração e Bebidas	85 739	x	192 248	0	542	0	0	0	0	58	278 587	2 185	280 772
3. Transporte de Passageiros	0	x	0	22 326	5 381	108 533	87 315	18 150	0	0	241 705	12 990	254 695
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0	x	0	22 326	0	0	0	0	0	0	22 326	0	22 326
3.2 Transporte por água	0	x	0	0	5 381	0	0	0	0	0	5 381	0	5 381
3.3 Transporte aéreo	0	x	0	0	0	108 533	0	0	0	0	108 533	0	108 533
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0	x	0	0	0	0	87 315	0	0	0	87 315	12 990	100 305
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	x	0	0	0	0	0	18 150	0	0	18 150	0	18 150
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	0	x	0	0	0	0	0	0	25 009	0	25 009	0	25 009
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	0	x	0	0	0	0	0	0	0	61 594	61 594	200 771	262 365
B. Produtos Não Característicos	8 058	x	4 958	17 399	49 618	7 336	678	794	649	6 516	96 006	4 511 548	4 607 554
Valor da produção interna líquido de margens de distribuição	8 058	x	4 958	17 399	49 618	7 336	678	794	649	6 516	96 006	4 511 548	4 607 554
Valor dos bens importados líquido de margens de distribuição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
OUTPUT TOTAL (a preço base)	284 824	8 056	197 205	39 725	55 542	115 869	87 992	18 944	25 658	68 169	901 985	4 892 081	5 794 066
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	13 978	0	17 640	0	0	0	1 758	0	0	19	33 396	x	x
2. Indústria Extractiva		0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	x	x
3. Indústria Transformadora	41 365	0	74 892	20 182	5 023	17 255	5 213	2 779	980	6 260	173 949	x	x
4. Electricidade, gás e água	8 016	0	5 582	31	10	170	5 206	37	78	745	19 875	x	x
5. Construção	3 421	515	1 693		18	206	848		36	441	7 179	x	x
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	4 056	0	1 048	889	651	5 977	8 818	664	694	938	23 733	x	x
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	4 757	0	1 890	4 019	18 078	35 126	6 545	478	8 946	1 882	81 721	x	x
8. Prestação de Serviços	42 420	0	13 247	3 517	13 823	19 372	14 642	4 975	3 150	9 321	124 468	x	x
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	7 272	0	909	41	7	8	2 287	48	110	4 670	15 352	x	x
Consumo Intermédio Total	125 285	515	116 902	28 679	37 610	78 115	45 316	8 981	13 994	24 278	479 674	2 498 608	2 978 282
VAB (a preço base)	159 540	7 541	80 303	11 047	17 931	37 754	42 676	9 964	11 664	43 891	422 311	2 393 474	2 815 784
Remunerações dos empregados	96 361	0	47 707	17 774	6 955	18 987	21 001	3 383	10 754	31 209	254 130	1 176 613	1 430 744
Outros impostos líquidos de subsídios à produção	- 4 644	0	- 1 392	113	5	- 60	65	156	10	- 45	- 5 792	- 15 068	- 20 860
Excedente / Rendimento Bruto	67 823	7 541	33 988	- 6 840	10 971	18 827	21 610	6 425	901	12 727	173 972	1 231 928	1 405 900

Fonte: Serviço Regional de Estatística da Madeira

4.2.2. CST Canarias - 2002

Las fuentes de información utilizadas desde la óptica de la Oferta son las siguientes:

- El Marco Input-Output de Canarias 2002, resultado de un proyecto desarrollado conjuntamente por los Institutos de Estadística de Azores, Madeira y Canarias, en el ámbito del Programa de Iniciativa Comunitaria INTERREG III-B. El Marco Input-Output ha sido el punto de partida para el desarrollo de la Cuenta Satélite del Turismo, actuando no sólo como soporte metodológico, sino también como soporte estadístico, ya que las cifras básicas para evaluar la economía del turismo están incluidas en sus cifras contables.
- La Encuesta Anual de Servicios (INE) es una estadística que recoge información relativa a las diversas características de las empresas de servicios (hoteles, restauración,...) como la estructura del empleo, compras, gastos, ventas, etc.
- Módulos específicos de la Encuesta Anual de Servicios (módulo de alojamiento, servicios de agencias de viajes y tour-operadores,...) (INE). Incluye datos sobre producción secundaria, desagregación de la cifra de negocios por actividades, etc.
- La Encuesta Industrial de Empresas (INE) que tiene como objetivo ofrecer información de los diversos sectores que constituyen la actividad industrial española.
- Memorias anuales: Autoridades Portuarias de Las Palmas y Santa Cruz de Tenerife, Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea (AENA), compañías de transporte de viajeros (urbano e interurbano), etc.
- Presupuestos de la Administración General del Estado en Canarias, de la Administración Autónoma y de las Entidades Locales.
- La Encuesta de Alojamiento Turístico en Establecimientos Hoteleros (ISTAC) cuyo objetivo principal es conocer el comportamiento de una serie de variables desde el punto de vista de la oferta y de la demanda (viajeros, pernoctaciones, grado de ocupación...) que permitan describir las características fundamentales del sector hotelero.
- Las Encuestas de Ocupación en Alojamientos Turísticos del INE (ocupación hotelera, apartamentos turísticos, acampamentos turísticos y alojamientos de

turismo rural) que aportan información sobre la oferta (plazas y ocupación) y la demanda (viajeros y pernoctaciones) de estos tipos de alojamiento colectivo tanto a nivel estatal como autonómico.

- Las encuestas de transporte de viajeros (INE) que proporcionan cifras del número de viajeros según tipo de transporte (marítimo, aéreo y terrestre).
- Encuesta de Población Activa (INE), cuya finalidad principal es obtener datos de la fuerza de trabajo y de sus diversas categorías (ocupados y parados), así como de la población ajena al mercado laboral (inactivos).
- Registro de Afiliados a la Seguridad Social, proporciona información de puestos de trabajo por rama de actividad.

Aspectos metodológicos para la estimación de la Oferta

A continuación se presenta un cuadro con la lista de los productos característicos seleccionados para la CST y su correspondencia con la Clasificación Nacional de Productos por Actividad (CNPA).

Figura 7. Clasificación de productos característicos de la Cuenta Satélite del Turismo de Canarias

Productos característicos	CNPA
Servicios de alojamiento	
Hoteles y similares	551-552
Servicios de alquiler inmobiliario	70
Restaurantes y similares	553-554-555
Transporte de pasajeros	
Transporte de pasajeros por carretera	60 (p)
Transporte marítimo de pasajeros	61 (p)
Transporte aéreo de pasajeros	62 (p)
Servicios de agencias de viajes	633
Servicios anexos al transporte	63 (p)
Alquiler de bienes de equipo de transporte	711
Servicios culturales, recreativos y deportivos	92

Fuente: Instituto Nacional de Estadística (INE).

Con respecto a las actividades características, cada país o región puede definir su propia lista de actividades. El Instituto Canario de Estadística ha optado por mantener la lista nacional definida por el Instituto Nacional de Estadística, haciendo las

agregaciones necesarias debido a las limitaciones de información. Así, las actividades características de la Cuenta Satélite del Turismo de Canarias se establecen en el siguiente cuadro.

Figura 8. Clasificación de actividades característicos de la Cuenta Satélite del Turismo de Canarias

Actividades característicos	CNAE
Hoteles y similares	551-552
Actividades de alquiler inmobiliario	70
Restaurantes y similares	553-554-555
Transporte de pasajeros por carretera	60 (p)
Transporte marítimo de pasajeros	61 (p)
Transporte aéreo	62
Agencias de viaje	633
Anexos al transporte	63 (p)
Alquiler de vehículos	711
Actividades culturales, recreativas y deportivas	92

Fuente: Instituto Nacional de Estadística (INE).

En la Cuenta Satélite del Turismo de Canarias se elaboraron tres tablas de oferta:

- Cuenta de producción de las ramas de actividad. En ella se recoge el total de Producción (precios básicos), de Consumos Intermedios y de Valor Añadido Bruto (precios básicos) de las ramas características y no características.
- Detalle de la producción y de los costes intermedios de las ramas de actividad por tipo de productos e insumos. Este cuadro presenta por ramas de actividad un desglose por productos y por consumos intermedios (agrarios, energía, industriales, construcción, comercio y transporte, otros servicios).
- La base para elaborar estas cuentas y su detalle por productos es el Marco Input-Output de Canarias. Algunos resultados se obtienen directamente de las Tablas de Origen y Destino, pero en determinadas circunstancias no se puede identificar directamente una rama o producto característico, por lo que se procede a su desglose con información primaria del Marco.

- Empleo por ramas de actividad. Contiene información sobre los puestos de trabajo para las diferentes ramas de actividad características del turismo.

Tablas de oferta turística

En este apartado se publican 3 tablas:

TABLA 3. Cuenta de producción de las ramas de actividad

TABLA 4. Detalle de la producción y de los costes intermedios de las ramas de actividad por tipo de productos e insumos

TABLA 5. Empleo de las ramas de actividad

TABLA 3. Cuenta de producción de las ramas de actividad

Canarias

Año 2002

unidad: miles de euros

Ramas de Actividad	Producción (precios básicos)	Consumos intermedios (precios de adquisición)	Valor añadido bruto (precios básicos)
Hoteles y similares	3 204 545	1 134 327	2 070 217
Actividades de alquiler inmobiliario	4 461 613	1 396 705	3 064 908
Restaurantes y similares	4 038 309	1 402 867	2 635 442
Transporte de viajeros por carretera	901 247	344 876	556 371
Transporte marítimo de pasajeros	409 251	229 640	179 611
Transporte aéreo	923 370	546 289	377 081
Agencias de viaje	789 117	593 418	195 700
Anexos al transporte	1 789 522	1 144 985	644 537
Alquiler de vehículos	457 484	183 234	274 250
Actividades culturales, recreativas y deportivas	1 347 753	550 998	796 754
Total ramas de actividad características	18 322 210	7 527 340	10 794 870
Total ramas de actividad no características	37 039 341	17 303 794	19 735 547
TOTAL	55 361 552	24 831 134	30 530 417

Fuente: Instituto Canario de Estadística.

TABLA 4. Detalle de la producción y de los costes intermedios de las ramas de actividad por tipo de productos e insumos

Canarias

Año 2002

Unidad: miles de euros

Productos	Hoteles y similares	Actividades de alquiler inmobiliario	Restaurantes y similares	Transporte de viajeros por carretera	Transporte marítimo de pasajeros	Transporte aéreo	Agencias de viaje	Anexos al transporte	Alquiler de vehículos	Actividades culturales, recreativas y deportivas	Total ramas de actividad características	Total ramas de actividades no características	TOTAL PRODUCCIÓN
Productos característicos	3 065 247	4 461 137	4 007 258	901 247	274 839	860 209	785 790	1 744 548	433 595	791 803	17 325 672	410 195	17 735 867
Servicios de alojamiento	2 579 542	4 461 137	0	12 998	15 435	4 428	0	52 862	14 966	2 426	7 143 794	143 330	7 287 124
Hoteles y similares	2 568 481	0	0	0	12 406	0	0	0	0	0	2 580 887	2 760	2 583 647
Servicios de alquiler inmobiliario	11 060	4 461 137	0	12 998	3 029	4 428	0	52 862	14 966	2 426	4 562 907	140 570	4 703 477
Restaurantes y similares	448 026	0	3 935 598	0	12 848	0	0	1 499	0	65 108	4 463 079	78 903	4 541 982
Transporte de pasajeros	2 120	0	0	882 847	238 620	823 566	0	0	755	0	1 947 908	46 410	1 994 318
Transporte de viajeros por carretera	13	0	0	882 847	0	0	0	0	711	0	883 571	13 404	896 975
Transporte marítimo de pasajeros	2 107	0	0	0	238 620	0	0	0	44	0	240 771	33 006	273 777
Transporte aéreo de pasajeros	0	0	0	0	0	823 566	0	0	0	0	823 566	0	823 566
Servicios de agencias de viajes	106	0	0	0	0	0	785 790	0	0	0	785 896	9 858	795 754
Servicios anexos al transporte	1 728	0	0	5 402	7 936	32 214	0	1 690 186	0	0	1 737 467	29 838	1 767 305
Alquiler de bienes de equipo de transporte	769	0	0	0	0	0	0	0	417 873	0	418 642	4 223	422 865
Servicios culturales, recreativos y deportivos	32 956	0	71 660	0	0	0	0	0	0	724 270	828 885	20 364	849 249
Servicios turísticos de no mercado de las AA.PP.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77 270	77 270
Productos no característicos	139 298	476	31 051		134 411	63 161	3 328	44 974	23 889	555 949	996 538	36 629 146	37 625 685
Bienes	13 637	0	0	0	17 386	7 331	0	1 109	4 373	75	43 911	6 634 593	6 678 504
Márgenes de distribución de bienes	38 029	0	20 892	0	3 829	13 326	0	1 990	12 490	1 515	92 071	5 792 321	5 884 392
Otros servicios	87 632	476	10 159	0	113 196	42 504	3 328	41 875	7 027	554 359	860 556	24 202 233	25 062 789
Total producción interior (precios básicos)	3 204 545	4 461 613	4 038 309	901 247	409 251	923 370	789 117	1 789 522	457 484	1 347 753	18 322 210	37 039 341	55 361 552
Productos agrarios	62 763	142	136 419	1	2 546	0	0	0	0	174	202 043	183 437	385 480
Productos energía	71 113	12 026	25 505	34 374	14 835	41 100	2 770	39 484	3 476	11 646	256 328	1 667 287	1 923 615
Productos Industriales	336 209	104 161	730 136	72 208	77 596	117 754	8 404	63 795	10 386	84 354	1 605 003	5 111 522	6 716 525
Trabajos de construcción	52 341	546 036	2 156	2 199	760	711	1 546	22 787	2 091	4 247	634 872	2 401 523	3 036 395
Comercio y reparación	113 396	33 343	194 143	29 738	18 520	105 297	351	16 579	20 681	53 405	585 453	1 539 914	2 125 366
Hostelería	45 661	5 674	3 481	1 807	5 699	58 758	206 952	8 168	3 633	15 566	355 398	142 779	498 177
Transportes y telecomunicaciones	30 535	28 030	18 548	157 794	62 814	149 285	310 699	831 699	30 900	70 099	1 690 401	1 893 767	3 584 168
Servicios inmobiliarios y empresariales	349 227	498 630	258 579	21 935	41 411	45 920	57 596	139 461	91 292	190 384	1 694 435	3 287 727	4 982 162
Otros servicios	67 833	163 916	26 806	20 568	5 398	25 149	4 625	17 067	18 899	107 803	458 063	882 760	1 340 824
Impuestos netos sobre productos	5 249	4 749	7 095	4 252	61	2 317	475	5 946	1 877	13 321	45 342	193 078	238 421
Total Consumos intermedios (precios de adquisición)	1 134 327	1 396 705	1 402 867	344 876	229 640	546 289	593 418	1 144 985	183 234	550 998	7 527 340	17 303 794	24 831 134
Total Valor Añadido Bruto (precios básicos)	2 070 217	3 064 908	2 635 442	556 371	179 611	377 081	195 700	644 537	274 250	796 754	10 794 870	19 735 547	30 530 417

Fuente: Instituto Canario de Estadística.

TABLA 5. Empleo de las ramas de actividad

Canarias

Año 2002

Unidad: miles de euros

Productos	Hoteles y similares	Actividades de alquiler inmobiliario	Restaurantes y similares	Transporte de viajeros por carretera	Transporte marítimo de pasajeros	Transporte aéreo	Agencias de viaje	Anexos al transporte	Alquiler de vehículos	Actividades culturales, recreativas y deportivas	Total ramas de actividad características	Total ramas de actividades no características	TOTAL PRODUCCIÓN
Puestos de trabajo totales	51 377	12 242	51 010	16 684	1 288	4 242	3 706	11 347	4 038	14 798	170 732	623 463	794 195
Puestos de trabajo totales: Asalariados	50 489	9 775	37 865	9 842	1 285	4 242	3 288	10 946	3 702	12 330	143 765	535 312	679 078
Puestos de trabajo totales: No asalariados	889	2 466	13 145	6 842	4	0	418	401	335	2 468	26 966	88 151	115 117
Puestos de trabajo equivalentes a tiempo completo	49 747	12 115	48 857	16 300	1 288	4 060	3 673	11 237	3 794	13 468	164 540	596 931	761 471

Fuente: Instituto Canario de Estadística.

4.3. Equilíbrio entre a Oferta e a Procura /Contraste entre la Oferta y la Demanda

4.3.1 CST Açores e Madeira - 2001

Quadro 6 - Oferta Interna e Consumo do Turismo interior, por produtos

O Quadro 6 compila a Oferta Interna e o Consumo do Turismo Interior. Este quadro recebe informação do Quadro 4, relativa ao Consumo do Turismo Interior e do Quadro 5, relativa aos valores de Produção a preços de base, Consumo Intermédio e VAB das diferentes actividades. Estimadas as Importações, tendo em conta o TIO-MAC e o confronto com a estrutura nacional, e os Impostos Indirectos líquidos de Subsídios aos Produtos (produção e importação) obtém-se, tudo somado, a Oferta Interna a preços de aquisição.

A componente da Produção e do Consumo Intermédio Turístico de cada um dos ramos de actividade foi obtida através da análise detalhada dos vários ramos, assumindo-se o rácio nacional quando não existia melhor estimativa. Recorreu-se a contactos telefónicos com as empresas mais importantes de alguns dos ramos de actividade, análise de diversos relatórios e contas e de outras peças contabilísticas.

As Importações são integradas no Quadro 6. As relevantes para a CST são as adquiridas no interior da região, identificando-se na coluna “Importações Turísticas” aquelas com uso turístico, determinadas considerando o equilíbrio entre a Oferta Interna Turística e o Consumo Turístico Interior. As Importações são uma variável com fortes restrições de qualidade devido à ausência de fonte, principalmente no que diz respeito ao comércio com o resto do território nacional.

Ainda no Quadro 6, apresentam-se os Impostos Líquidos de Subsídios aos Produtos, que são calculados a partir de um ficheiro com dados de base (com excepção do IVA que é determinado à parte, sendo depois todos os dados integrados). A determinação da parte turística é feita de modo análogo, tendo em conta que incidem sobre a produção e importação turísticas.

De referir que a soma da Produção com as Importações e Impostos Líquidos de Subsídios da parte turística não coincide com a Oferta Interna Turística, dado que a esta última são adicionadas as Margens Comerciais, o que, por limitação de fontes, apenas é feito nesta fase final da passagem de preços de base a preços de aquisição.

QUADRO 6. Oferta Interna e Consumo do Turismo Interior, por produtos

Região Autónoma da Madeira

Ano 2001

unidade: mil euros

Produtos	Actividades Características do Turismo																				Total Actividades características		Actividades não características		Produção Interna Turística (p base)	Produção Interna (p base)	Importações Turísticas	Importações	Impostos liq. de subs. s/ a prod. e importações turísticas	Impostos liq. de subs. s/ a prod. e importações	Oferta Interna Turística (p mercado)	Oferta Interna (p mercado)	Consumo do Turismo Interior	Peso do Turismo sobre a oferta
	1. Hotéis e Similares		2. Residências Secundárias por conta própria (por imputação)		3. Restaurantes e Similares		4. Transportes rodoviários		5. Transportes por água		6. Transportes aéreos		7. Serviços auxiliares aos transportes		8. Aluguer de equipamento de transporte de passageiros		9. Agências de viagens, operadores turísticos e guias turísticos		10. Desporto, Recreação e Lazer															
	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output	Output turístico	Output				
A. Produtos característicos	276 151	276 767	7 467	8 056	69 283	192 248	9 355	22 326	5 893	5 923	91 639	108 533	25 141	87 315	18 150	18 150	25 009	25 009	23 016	61 652	551 104	805 979	7 050	380 035	558 154	1 186 014	559	61 075	17 981	55 603	576 694	1 302 691	576 694	0,4427
1. Alojamento	190 467	191 028	7 467	8 056	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	197 935	199 084	93	164 587	198 027	363 671	0	0	5 900	5 998	203 927	369 668	203 927	0,5516
1.1 Hotéis, estabelecimentos similares e outro alojamento colectivo	190 467	191 028	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	190 467	191 028	93	121	190 560	191 149	0	0	5 900	5 921	196 459	197 070	196 459	0,9969
1.2 Residências secundárias por conta própria ou gratuitas	x	x	7 467	8 056	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	7 467	8 056	0	164 465	7 467	172 522	0	0	0	77	7 467	172 599	7 467	0,0433
2. Restauração e Bebidas	85 684	85 739	x	x	69 283	192 248	0	0	512	542	0	0	0	0	0	0	0	0	20	58	155 498	278 587	0	2 185	155 498	280 772	0	0	11 772	21 256	167 270	302 028	167 270	0,5538
3. Transporte de Passageiros	0	0	x	x	0	0	9 355	22 326	5 381	5 381	91 639	108 533	25 141	87 315	18 150	18 150	0	0	0	0	149 666	241 705	530	12 990	150 195	254 695	559	5 818	- 13 194	- 14 940	137 561	245 573	137 561	0,5602
3.1 Transporte rodoviário interurbano	0	0	x	x	0	0	9 355	22 326	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 355	22 326	0	0	9 355	22 326	0	0	294	716	9 649	23 042	9 649	0,4188
3.2 Transporte por água	0	0	x	x	0	0	0	0	5 381	5 381	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5 381	5 381	0	0	5 381	5 381	0	0	334	334	5 715	5 715	5 715	1,0000
3.3 Transporte aéreo	0	0	x	x	0	0	0	0	0	0	91 639	108 533	0	0	0	0	0	0	0	0	91 639	108 533	0	0	91 639	108 533	559	559	- 17 428	- 20 640	74 771	88 452	74 771	0,8453
3.4 Serviços auxiliares aos transportes e serviços de manutenção e reparação de equipamento de transporte	0	0	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	25 141	87 315	0	0	0	0	0	0	25 141	87 315	530	12 990	25 670	100 305	0	5 259	487	1 533	26 157	107 097	26 157	0,2442
3.5 Aluguer de equipamento de transporte	0	0	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18 150	18 150	0	0	0	0	18 150	18 150	0	0	18 150	18 150	0	0	3 118	3 118	21 267	21 267	21 267	1,0000
4. Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Guias Turísticos	0	0	x	x	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25 009	25 009	0	0	25 009	25 009	0	0	25 009	25 009	0	0	3 373	3 373	28 383	28 383	28 383	1,0000
5. Serviços culturais de Recreação e Lazer e Outros Serviços de Turismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	22 996	61 594	22 996	61 594	6 428	200 272	29 424	261 866	0	55 257	10 130	39 916	39 554	357 039	39 554	0,1108
B. Produtos Não Característicos	0	8 058	0	0	0	4 958	0	17 399	0	49 618	0	7 336	0	678	0	794	0	649	0	6 516	0	96 006	7 547	4 512 046	7 547	4 608 053	55 727	1 373 896	6 506	355 961	111 326	6 337 910	111 326	0,0176
Valor da produção interna líquido de margens de distribuição	0	8 058	0	0	0	4 958	0	17 399	0	49 618	0	7 336	0	678	0	794	0	649	0	6 516	0	96 006	7 547	4 512 046	7 547	4 608 053	x	x	x	x	x	x	x	x
Valor dos bens importados líquido de margens de distribuição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	55 727	1 373 896	x	x	x	x	x	x
OUTPUT TOTAL (a preço base)	276 151	284 824	7 467	8 056	69 283	197 205	9 355	39 725	5 893	55 542	91 639	115 869	25 141	87 992	18 150	18 944	25 009	25 658	23 016	68 169	551 104	901 985	14 597	4 892 081	565 701	5 794 066	56 286	1 434 971	24 486	411 564	688 020	7 640 601	688 020	0,0900
1. Agricultura, Silvicultura e Pesca	13 534	13 978	0	0	5 504	17 640	0	0	0	0	0	0	307	1 758	0	0	0	0	6	19	19 352	33 396	x	x	x	x								
2. Indústria Extractiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	2	x	x	x	x								
3. Indústria Transformadora	40 051	41 365	0	0	23 369	74 892	3 138	20 182	558	5 023	13 292	17 255	208	5 213	2 779	2 779	955	980	2 088	6 260	86 437	173 949	x	x	x	x								
4. Electricidade, gás e água	7 761	8 016	0	0	1 742	5 582	5	31	1	10	106	170	920	5 206	37	37	76	78	246	745	10 894	19 875	x	x	x	x								
5. Construção	3 313	3 421	477	515	528	1 693	0	0	2	18	163	206	150	848	0	0	35	36	146	441	4 814	7 179	x	x	x	x								
6. Comércio, Restaurantes e Hotéis	1 625	4 056	0	0	327	1 048	138	889	65	651	4 717	5 977	1 558	8 818	664	664	677	694	311	938	10 081	23 733	x	x	x	x								
7. Transportes, Armazenagem e Comunicações	4 143	4 757	0	0	590	1 890	625	4 019	1 587	18 078	27 722	35 126	1 156	6 545	478	478	8 719	8 946	627	1 882	45 647	81 721	x	x	x	x								
8. Prestação de Serviços	41 072	42 420	0	0	4 134	13 247	547	3 517	1 519	13 823	18 406	19 372	566	14 642	4 975	4 975	3 070	3 150	3 100	9 321	77 389	124 468	x	x	x	x								
9. Serviços Colectivos, Sociais e Individuais	7 041	7 272	0	0	284	909	6	41	1	7	6	8	404	2 287	48	48	107	110	1 544	4 670	9 441	15 352	x	x	x	x								
Consumo Intermédio Total	118 540	125 285	477	515	36 477	116 902	4 459	28 679	3 733	37 610	64 412	78 115	5 269	45 316	8 981	8 981	13 640	13 994	8 069	24 278	264 056	479 674	7 377	2 498 608	271 433	2 978 282								
VAB (a preço base)	157 611	159 540	6 990	7 541	32 805	80 303	4 896	11 047	2 161	17 931	27 228	37 754	19 872	42 676	9 169	9 964	11 369	11 664	14 947	43 891	287 048	422 311	7 220	2 393 474	294 268	2 815 784								
Remunerações dos empregados	95 196	96 361	0	0	19 489	47 707	7 878	17 774	838	6 955	13 693	18 987	9 779	21 001	3 113	3 383	10 482	10 754	10 628	31 209	171 096	254 130	3 561	1 176 613	174 657	1 430 744								
Outros impostos líquidos de subsídios à produção	- 4 561	- 4 644	0	0	- 617	- 1 392	23	113	0	5	- 57	- 60	22	65	71	156	10	10	- 4	- 45	- 5 113	<												

4.3.2 CST Canarias - 2002

Del encuentro entre las cifras de oferta y demanda se obtiene la tabla de Ratios turísticas por productos y ramas de actividad.

La necesidad de calcular ratios turísticas es la de describir qué proporción de las magnitudes básicas (producción, empleo, etc.) deriva del turismo. Por ejemplo, en la actividad de restauración es preciso distinguir la venta a visitantes y no visitantes, al igual que la parte del empleo que atiende a unos u otros.

Las columnas de esta tabla recogen una comparación entre la producción total y la producción turística para las ramas de actividad. El mismo procedimiento se realiza para las importaciones del resto del Estado y del resto del Mundo.

Tablas de contraste entre la oferta y la demanda

Tabla 6. Ratios turísticas por productos y ramas de actividad.

Se corresponde con la tabla 6 de la propuesta de la ONU.

TABLA 6 - Ratios Turísticas por productos y ramas de actividad

Canarias

Año 2002

unidad: miles de euros

Productos	Hoteles y similares		Actividades del alquiler inmobiliario		Restaurantes y similares		Transportes de viajeros por carretera		Transporte marítimo de pasajeros		Transporte aéreo		Agencias de viaje		Anexos al transporte		Alquiler de vehículos		Actividades culturales, recreativas y deportivas		TOTAL Ramas de actividad características del turismo		Ramas de actividad no características del turismo		TOTAL		Consumo turístico interior Origen Interior	Importaciones Origen Resto del Estado		Importaciones Origen Resto del Mundo		Consumo turístico interior total
	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística		TOTAL	Parte turística	TOTAL	Parte turística	
Productos característicos	3 065 247	2 965 917	4 461 137	205 233	4 007 258	2 089 811	901 247	341 517	274 839	263 874	860 209	839 681	785 790	785 790	1 744 548	367 434	433 595	204 261	791 803	388 369	17 325 672	8 451 887	410 195	125 469	17 735 867	8 577 356	8 577 356	968 949	495 859	163 057	124 213	9 197 428
Servicios de alojamiento	2 579 542	2 557 173	4 461 137	205 233	0	0	12 998	0	15 435	12 406	4 428	0	0	0	52 862	0	14 966	0	2 426	0	7 143 794	2 774 812	143 330	2 661	7 287 124	2 777 474	2 777 474	3 553	3 553	695	695	2 781 722
Hoteles y similares	2 568 481	2 557 173	0	0	0	0	0	0	12 406	12 406	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 580 887	2 569 579	2 760	2 661	2 583 647	2 572 241	2 572 241	3 553	3 553	695	695	2 576 489
Servicios de alquiler inmobiliario	11 060	0	4 461 137	205 233	0	0	12 998	0	3 029	0	4 428	0	0	0	52 862	0	14 966	0	2 426	0	4 562 907	205 233	140 570	0	4 703 477	205 233	205 233	0	0	0	0	205 233
Restaurantes y similares	448 026	371 065	0	0	3 935 598	2 052 440	0	0	12 848	12 848	0	0	0	0	1 499	0	0	0	65 108	31 079	4 463 079	2 467 432	78 903	0	4 541 982	2 467 432	2 467 432	2 660	0	463	0	2 467 432
Transporte de pasajeros	2 120	2 120	0	0	0	0	882 847	341 517	238 620	238 620	823 566	823 566	0	0	0	0	755	711	0	0	1 947 908	1 406 534	46 410	33 006	1 994 318	1 439 540	1 439 540	735 004	463 850	136 874	118 197	2 021 586
Transporte de viajeros por carretera	13	13	0	0	0	0	882 847	341 517	0	0	0	0	0	0	0	0	711	711	0	0	883 571	342 241	13 404	0	896 975	342 241	342 241	19 676	0	593	0	342 241
Transporte marítimo de pasajeros	2 107	2 107	0	0	0	0	0	0	238 620	238 620	0	0	0	0	0	0	44	0	0	0	240 771	240 727	33 006	33 006	273 777	273 733	273 733	381 901	130 423	47 150	29 065	433 221
Transporte aéreo de pasajeros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	823 566	823 566	0	0	0	0	0	0	0	0	823 566	823 566	0	0	823 566	823 566	823 566	333 427	333 427	89 131	89 131	1 246 124
Servicios de agencias de viajes	106	106	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	785 790	785 790	0	0	0	0	0	0	785 896	785 896	9 858	9 858	795 754	795 754	795 754	28 456	28 456	5 322	5 322	829 532
Servicios anexos al transporte	1 728	1 728	0	0	0	0	5 402	0	7 936	0	32 214	16 115	0	0	1 690 186	367 434	0	0	0	0	1 737 467	385 277	29 838	2 674	1 767 305	387 951	387 951	68 454	0	4 759	0	387 951
Alquiler de bienes de equipo de transporte	769	769	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	417 873	203 550	0	0	418 642	204 320	4 223	0	422 865	204 320	204 320	92 374	0	14 354	0	204 320
Servicios culturales, recreativos y deportivos	32 956	32 956	0	0	71 660	37 371	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	724 270	357 290	828 885	427 617	20 364	0	849 249	427 617	427 617	38 448	0	590	0	427 617
Servicios turísticos de no mercado de las AA.PP.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77 270	77 270	77 270	77 270	77 270	0	0	0	0	77 270
Productos no característicos	139 298	109 320	476	0	31 051	14 710	0	0	134 411	3 829	63 161	13 326	3 328	0	44 974	0	23 889	0	555 949	747	996 538	141 932	36 629 146	1 325 746	37 625 685	1 467 678	1 467 678	7 949 443	528 752	3 331 842	222 015	2 218 445
Bienes	13 637	0	0	0	0	0	0	0	17 386	0	7 331	0	0	0	1 109	0	4 373	0	75	0	43 911	0	6 634 593	448 603	6 678 504	448 603	448 603	7 819 957	528 752	3 283 476	222 015	1 199 369
Márgenes de distribución de bienes	38 029	38 029	0	0	20 892	10 895	0	0	3 829	3 829	13 326	13 326	0	0	1 990	0	12 490	0	1 515	747	92 071	66 827	5 792 321	552 409	5 884 392	619 235	619 235	128 884	0	48 328	0	619 235
Otros servicios	87 632	71 291	476	0	10 159	3 814	0	0	113 196	0	42 504	0	3 328	0	41 875	0	7 027	0	554 359	0	860 556	75 106	24 202 233	324 735	25 062 789	399 840	399 840	601	0	39	0	399 840
Total producción interior (precios básicos)	3 204 545	3 075 237	4 461 613	205 233	4 038 309	2 104 521	901 247	341 517	409 251	267 703	923 370	853 007	789 117	785 790	1 789 522	367 434	457 484	204 261	1 347 753	389 116	18 322 210	8 593 819	37 039 341	1 451 215	55 361 552	10 045 034	10 045 034	8 918 391	1 024 611	3 494 899	346 228	11 415 873

Fuente: Instituto Canario de Estadística.

5. Análise comparada das CST das três Regiões / Análisis comparado de las CST de las tres Regiones

Os Serviços de Estatística das Regiões das Canárias, Açores e Madeira, na sequência de outros projectos comuns, um dos quais também sobre Turismo (projecto SIET-MAC), reuniram-se para desenvolver as respectivas Contas Satélite do Turismo, pela primeira vez, em cada uma das três Regiões. Como foi já referido, as CST elaboradas no âmbito deste projecto seguiram a metodologia utilizada pelos Institutos Nacionais de Estatística dos países a que pertencem (Espanha e Portugal) que, por sua vez, adoptaram a metodologia preconizada pela OMT, a ONU e o EUROSTAT. Neste pressuposto, estão criadas as condições para se poder comparar o peso de cada uma das regiões no todo nacional, o peso do turismo nas respectivas economias regionais e os principais indicadores da procura e da oferta, nas três Regiões.

Los Institutos de Estadística de Canarias, Azores y Madeira, siguiendo la secuencia de proyectos desarrollados en común, uno de los cuales también estaba relacionado con el Turismo (proyecto SIET-MAC), acordaron elaborar sus respectivas Cuentas Satélite del Turismo, por primera vez, en cada una de las tres Regiones. Las CST desarrolladas en este proyecto, según se indicó antes, seguirán la metodología utilizada por los Institutos Nacionales de Estadística de Portugal y España, los cuales, a su vez, se basan en la metodología propuesta por la OMT, la ONU y EUROSTAT. De este modo, es posible comparar el peso de cada una de las regiones en el conjunto nacional, el peso del turismo en las respectivas economías regionales y los principales indicadores de demanda y oferta.

Enquadramento

Antes de se compararem os resultados das três Regiões entre si é importante ter-se a percepção de quanto o Turismo de cada Região representa, em termos de PIB, no conjunto do país a que pertence, comparando-o com o peso dessa mesma Região no todo nacional em termos de outras variáveis, como a População e o PIB Total.

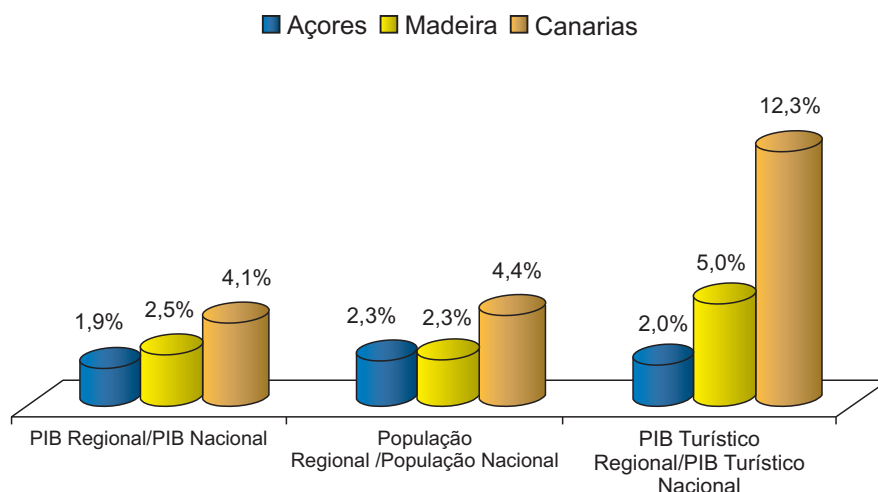
Da leitura do gráfico 1 podemos concluir que o peso da Região Autónoma dos Açores no total do País é sensivelmente o mesmo (cerca de 2%), em termos de população, PIB e PIB Turístico. No caso da Madeira, enquanto o peso em termos

populacionais e de PIB é de cerca de 2,5%, o peso do PIB Turístico é de 5%, evidenciando o maior peso relativo do turismo na Região em relação ao total do País. Nas Canárias a importância do turismo é ainda mais acentuada, pois enquanto o peso populacional e do PIB total é de cerca de 4% do total nacional, o PIB Turístico ascende a cerca de 12% do PIB Turístico nacional.

Antes de comparar los resultados de las tres Regiones entre si, es conveniente analizar el peso del turismo de cada archipiélago en el conjunto nacional, usando como indicador el PIB turístico, y compararlo con otros indicadores como el peso poblacional o el peso en el PIB total.

De la lectura del gráfico 1 podemos concluir que el peso de la Región Autónoma de Azores en el total del País es prácticamente el mismo (cerca del 2%) en términos de población, PIB y PIB turístico. En el caso de Madeira, el peso poblacional y el peso económico están próximos al 2,5%, su peso en turismo es del 5%, evidenciando un mayor peso relativo del turismo en relación al total del País. Para Canarias las diferencias son aun más acentuadas, el peso poblacional y del PIB supera ligeramente el 4%, mientras que el PIB Turístico es el 12% del PIB Turístico nacional.

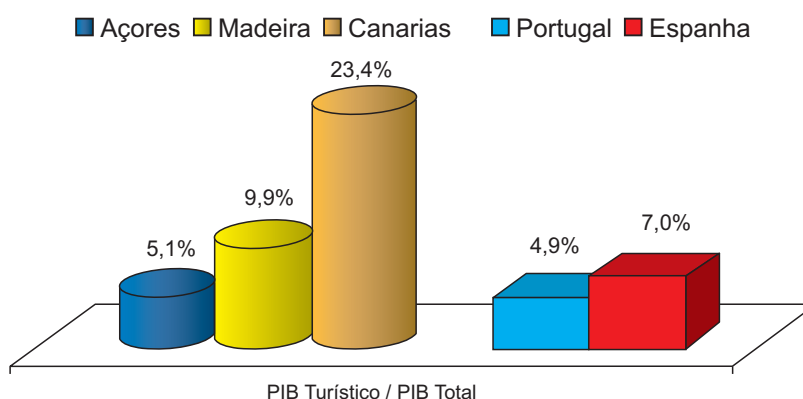
Gráfico 1- Importância do Turismo, em cada Região / Importancia del turismo en cada región



Nas três Regiões (embora em menor escala nos Açores), verifica-se que o peso do respectivo PIB turístico no PIB Total Regional é superior ao peso que o PIB Turístico detém no PIB Nacional (gráfico 2).

En las tres regiones (aunque en menor escala en Azores), se verifica que el peso del PIB turístico en el PIB total regional es superior al que ocurre al nivel nacional (grafico 2).

Gráfico 2 - Peso do PIB Turístico no PIB Total (Regional ou Nacional) / Peso del PIB Turístico en el PIB Total



Procura / Demanda

A partir da leitura dos gráficos 3, 4 e 5, abaixo, relativos à estrutura do Consumo Turístico segundo as suas componentes, são de salientar dois aspectos:

- o peso do Turismo Receptor, isto é, das despesas de consumo turístico dos visitantes não residentes, é inferior nos Açores em relação ao peso verificado nas outras duas regiões, o que é natural dada a menor visibilidade daquela Região como destino turístico.
- por outro lado, as Outras Componentes do Consumo Turístico detêm um peso relativo superior nos Açores, devido ao maior peso relativo que o Turismo de Negócios assume nesta Região.

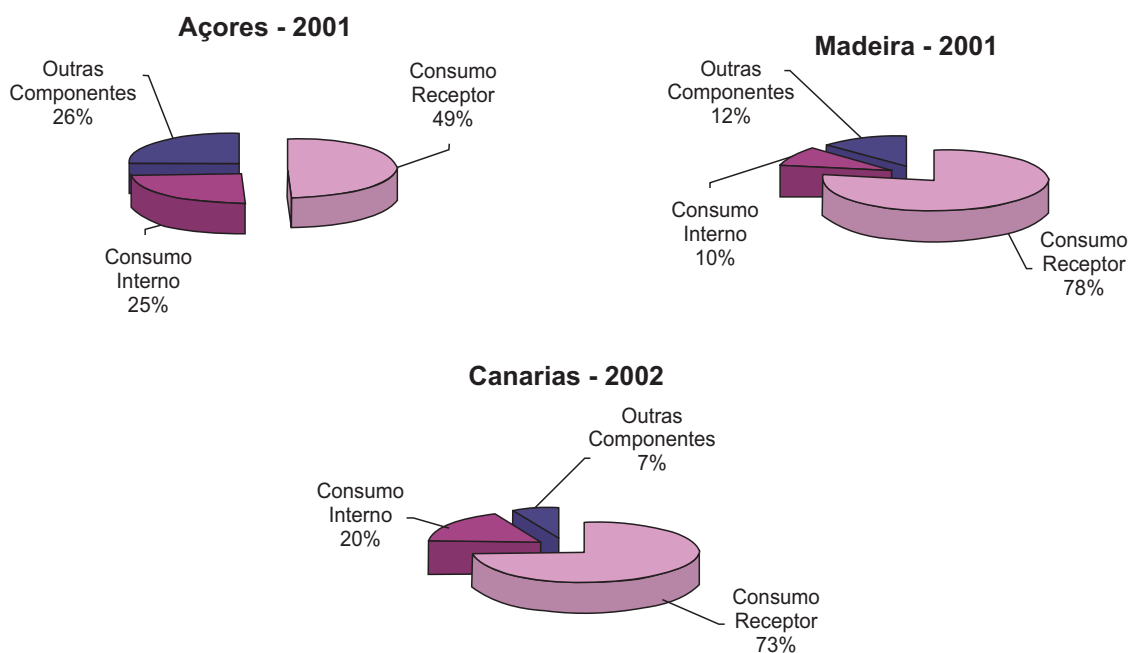
Não obstante, na leitura destes quadros deve ter-se em consideração o facto de as despesas de Turismo de Negócios dos não residentes, no caso das Canárias, estarem incluídos no Consumo do Turismo Receptor e, no caso dos Açores e Madeira, nas Outras Componentes do Consumo Turístico, pelo que a comparação deve ser cautelosa.

Los tres gráficos 3,4 y 5, que se muestran a continuación, relativos a las componentes del Consumo Turístico, permiten destacar los siguientes aspectos:

- el peso del Turismo Receptor, es decir, los gastos turísticos de los visitantes no residentes, es inferior en Azores en relación al peso observado en otras Regiones, lo cual es debido a la menor promoción de esta Región como destino turístico.
- por otro lado, las Otras Componentes del Consumo Turístico tienen un peso relativo superior en Azores, debido al mayor peso relativo que el Turismo de Negocios tiene en esta Región.

No obstante, debe considerarse que los gastos en Turismo de Negocios realizados por no residentes se incluyen en el concepto de Consumo Receptor para Canarias y en Otras Componentes del Consumo Turístico para Azores y Madeira, por ello, la comparación debe hacerse con cautela.

Gráficos 3, 4 e 5 - Consumo Turístico Interior, por componentes



Em termos da distribuição do Consumo Turístico Interior por Produtos, a partir do gráfico 6 observa-se que:

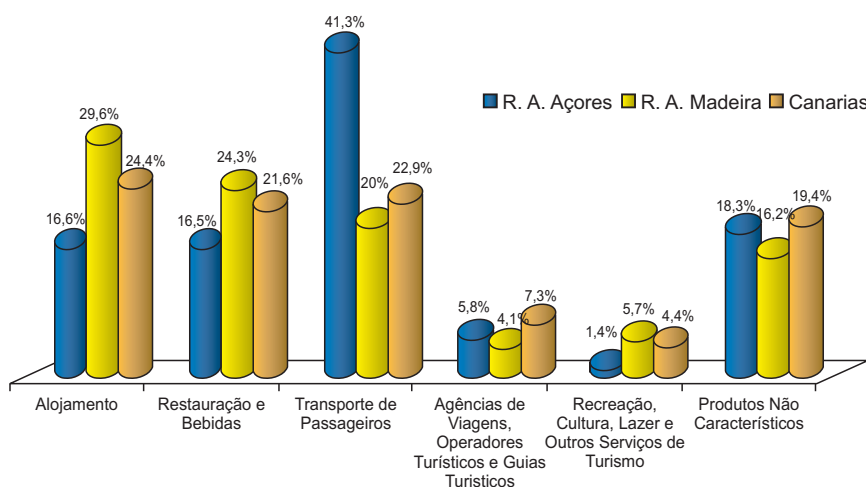
- nas três Regiões, cerca de 75% das despesas de consumo turístico estão concentradas nas rubricas Alojamento, Restauração e Transportes;

- o peso relativo dos transportes é superior nos Açores. Isto deve-se sobretudo aos transportes aéreos e ao facto de haver duas companhias aéreas sedeadas na Região (SATA Internacional e SATA Açores) que não só têm o monopólio da ligação aérea inter-ilhas, como asseguram a ligação entre a maior ilha dos Açores em termos de população e movimento aéreo (S. Miguel) e o resto do país (Madeira e Continente);
- de salientar ainda o menor peso relativo dos serviços de recreação, lazer e cultura na R.A. dos Açores, certamente devido à menor oferta existente nesta Região deste tipo de serviços.

En términos de la distribución del Consumo Turístico Interior por Productos, el gráfico 6 permite destacar lo siguiente:

- en las tres Regiones, cerca de 75% de los gastos turísticos están concentrados en las rúbricas de Alojamiento, Restauración y Transportes;
- el peso relativo de los transportes es superior en Azores. Esto se debe al transporte aéreo, al tener dos compañías residentes (SATA Internacional y SATA Azores);
- destacar el menor peso relativo de los servicios recreativos, culturales y deportivos en la R.A. de Azores, debido a la menor oferta existente en este tipo de servicios.

Gráfico 6 - Consumo Turístico Interior, por produtos



Oferta

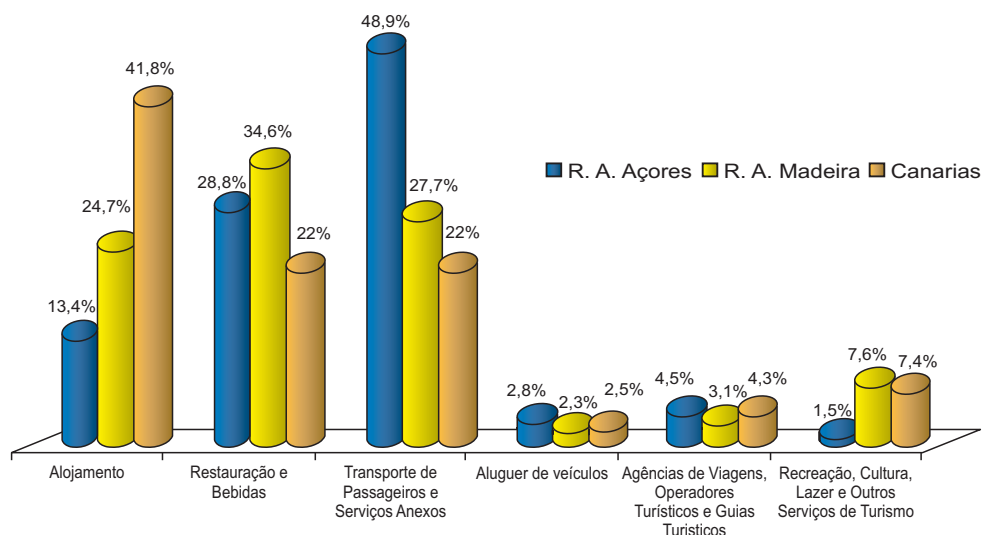
Do ponto de vista da Oferta, a partir do gráfico 7, onde se pode ver a Produção dos principais produtos característicos, pelas actividades características do Turismo, salienta-se:

- a relação entre a produção de alojamento e de restauração: nos Açores, o menor peso relativo do Alojamento deve-se ao peso da utilização de casas de familiares e amigos por parte dos visitantes com ascendência açoriana (habitualmente denominado por turismo étnico) e por parte dos residentes quando se deslocam inter-ilhas;
- o grande peso relativo dos transportes nos Açores, pelas razões já apontadas.

Desde el punto de vista de la Oferta, a partir del gráfico 7, puede verse la Producción de los principales productos característicos, para las actividades características del Turismo, destacando:

- en relación a la producción de Alojamiento y Restauración: en Azores, el menor peso relativo de Alojamiento se debe a la utilización de casas de familiares y amigos por parte de los visitantes con ascendencia azoriana (habitualmente denominado turismo étnico) y por parte de los residentes cuando se desplazan entre islas;
- el gran peso relativo del transporte en Azores por las razones ya aportadas.

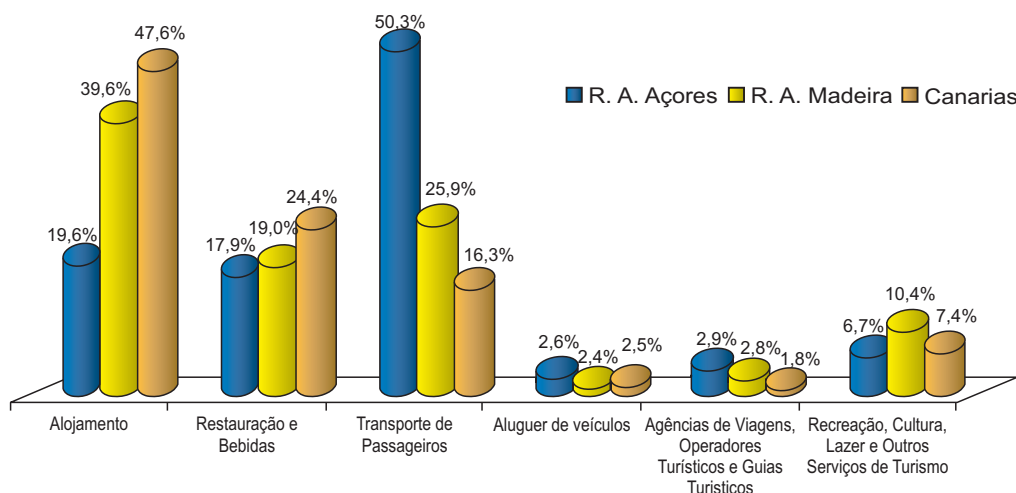
Gráfico 7 - Distribuição da Produção dos ramos característicos, por produtos característicos / Distribución de la Producción de las ramas características por productos característicos.



Os mesmos comentários se podem aplicar à distribuição do VAB pelas principais actividades características do Turismo, que se pode observar no gráfico 8. Apenas de referir o menor peso relativo do VAB da Restauração nos Açores, mesmo quando comparado com o peso da produção no mesmo ramo, evidenciando uma menor produtividade nesta Região.

Los mismos comentarios pueden aplicarse a la distribución del VAB entre las principales actividades características del Turismo, como puede observarse en el gráfico 8. Destacar el menor peso relativo del VAB en Restauración en Azores, comparado con el peso de la producción en la misma rama, evidenciando una menor productividad en esta Región.

Gráfico 8 - Distribuição do VAB pelos ramos característicos / Distribución del VAB por ramas características



Equilíbrio Oferta/Procura (Demanda)

Finalmente, pode-se observar a partir do gráfico 9, o rácio do turismo sobre a oferta interna, para os principais produtos característicos do Turismo, nas três Regiões.

De registar:

- os produtos “Hotéis e similares”, “Agências de Viagens” e “Transportes Aéreos”, são quase exclusivamente utilizados para fins turísticos, segundo o conceito de turismo atrás definido;
- a relativamente maior utilização de Residências Secundárias para fins turísticos, nos Açores;

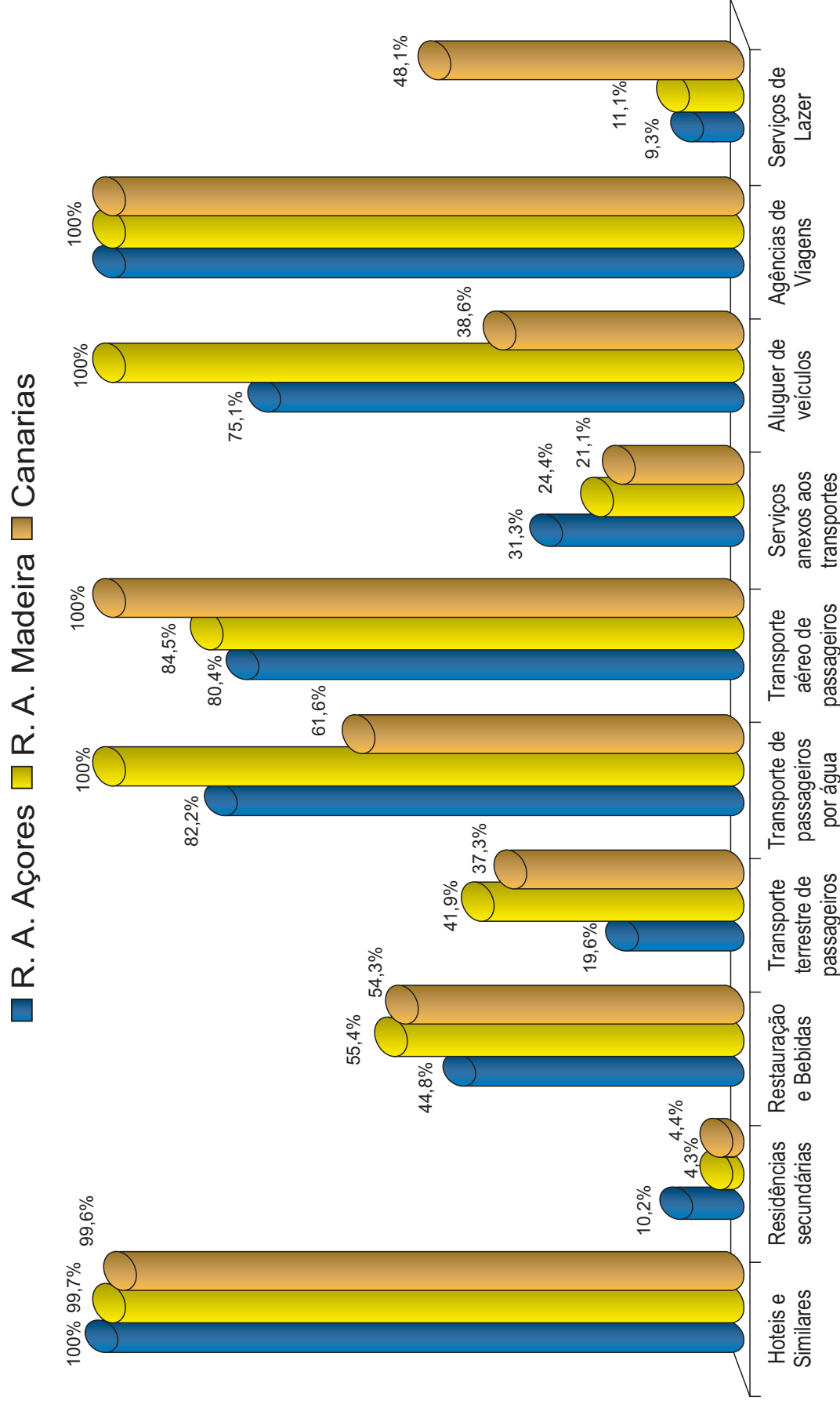
- a maior utilização para fins turísticos de serviços de Lazer, nas Canarias.
- a relativamente menor utilização dos Transportes Marítimos de passageiros para fins turísticos, nos Açores e nas Canarias, o que se deve ao facto de serem regiões arquipelágicas compostas por várias ilhas (9 e 7, respectivamente), algumas das quais suficientemente próximas e com boas ligações que justificam a existência de passageiros que fazem esses percursos sistematicamente, deixando por isso de cair no âmbito das viagens de Turismo, tal como referido em 2.1 Principais Conceitos.

Finalmente, a partir del gráfico 9, puede observarse la ratio del turismo sobre la oferta interna, para los principales productos característicos del Turismo, en las tres Regiones.

Podemos destacar lo siguiente:

- los productos “Hoteles y similares”, “Agencias de Viajes” y “Transportes Aéreos”, son casi exclusivamente utilizados para fines turísticos, según el concepto de turismo antes definido;
- la mayor utilización, en términos relativos, de las Residencias Secundarias para fines turísticos, en Azores;
- la mayor utilización para fines turísticos de servicios de ocio, en Canarias.
- la relativamente menor utilización del Transporte Marítimo de pasajeros para fines turísticos, en Azores y Canarias, al tratarse de archipiélagos compuestos por varias islas (9 y 7, respectivamente), algunas de las cuales están suficientemente próximas y con buenas conexiones por mar que justifican la existencia de pasajeros que hacen estos trayectos sistemáticamente.

**Gráfico 9 - Rácios Turísticos, por principais produtos característicos do turismo /
Ratios turísticas, por principales productos característicos del turismo**



6. Conclusões / Conclusiones

Este documento reflecte os trabalhos desenvolvidos e os resultados obtidos no âmbito do Projecto SICER -MAC, mais precisamente na elaboração das Contas Satélite do Turismo da Macaronésia, pelos parceiros envolvidos neste projecto: ISTAC, SREA e DREM.

Este projecto era um projecto arrojado, por vários motivos:

- 1º. Por ser um projecto pioneiro para cada uma das três regiões e respectivos Serviços de Estatística - na realidade, em qualquer das Regiões, mesmo nas Canárias e na Madeira, onde o Turismo tem, há décadas, um peso significativo no contexto dos respectivos países, nunca antes tinha sido elaborada uma CST;
- 2º. Por se ter tomado a decisão de vincular as CST agora elaboradas ao projecto de Contas Regionais já levado a cabo por estes mesmos parceiros no âmbito de um outro projecto INTERREG, designado por TIO-MAC, o que impôs restrições aos cálculos;
- 3º. Por se ter decidido seguir a Metodologia da CST reconhecida internacionalmente pelas autoridades nesta matéria, designadamente, a OMT, a ONU e o EUROSTAT, e utilizada pelos Institutos Nacionais de Estatística de Espanha e de Portugal, países a que pertencem estas Regiões, o que implica limitações em termos metodológicos às estimativas e cálculos realizados, por vezes difíceis de satisfazer;
- 4º. Por último, pelas graves limitações de informação estatística ao nível sub-nacional, que tornam extraordinariamente difícil a tarefa de tentar obter uma CST Regional que se pretenda calculada por um processo *bottom -up* ou, pelo menos, misto.

Tidos em conta todos estes aspectos, que pareciam à partida grandes óbices à realização deste projecto, chegados ao fim do projecto e conseguidos alguns resultados, sempre passíveis de aperfeiçoamento, chegou-se à conclusão de que todos eles se manifestaram altamente positivos e vantajosos para o objectivo em vista:

- O facto de ser um projecto pioneiro levou as equipas de trabalho a descobrir e aprender metodologias novas, o que é sempre gratificante. Por outro lado, pela primeira vez tornou-se possível determinar e confrontar o peso do turismo e das suas componentes de Consumo, Produção e VAB, em três Regiões

insulares atlânticas com tantas afinidades, mas também com realidades tão diferentes face ao Turismo.

- O facto de se seguirem metodologias reconhecidas e aplicadas ao nível dos INE dos dois países, abriu ao diálogo e à colaboração com os colegas dos INE, o que se revelou frutífero para ambas as partes, e permite agora comparar os resultados obtidos ao nível regional com os dados nacionais e mesmo de outros países e regiões que utilizam esta metodologia.
- Ao longo das diversas etapas do projecto, tornaram-se perceptíveis as lacunas existentes ao nível de dados estatísticos disponíveis, o que obrigou a alargar os horizontes para além dos dados sobre turismo habitualmente recolhidos e publicados e a perceber o que ainda está por fazer ao nível da recolha da informação estatística nesta área. Além disso, houve necessidade de sair das fontes habituais e a estabelecer contactos com fontes alternativas, que nos deram uma perspectiva nova sobre a realidade do Turismo nas três Regiões.

Alguns exemplos de informação essencial e actualmente inexistente ou insuficiente, mas que no futuro se poderá vir a recolher, com recurso a novos projectos quer de iniciativa nacional quer regional, são:

- Na área do Consumo Turístico, o consumo turístico dos residentes (quer interno, quer emissor), com melhor conhecimento dos fluxos intra-regionais e para fora da Região, dos residentes;
- Na área da Oferta, o aprofundamento do conhecimento sobre as Agências de Viagens e os pacotes turísticos.

Esperamos que, com a apresentação destes resultados, as entidades interessadas nesta matéria (públicas e privadas) fiquem sensibilizadas para a importância deste projecto e para a ideia de que a avaliação da magnitude económica de um sector transversal a toda a economia, como é o Turismo, só pode ser levada a cabo com recurso a projectos abrangentes como o da CST, um sistema satélite ancorado nas Contas Regionais.

Esperamos, ainda, que essas mesmas entidades se apercebam do papel chave que a sua colaboração tem neste projecto e nos ajudem a viabilizar o aperfeiçoamento e a actualização destes dados para anos mais recentes, através da disponibilização de informação adequada e coerente que nos permita levar a cabo essa tarefa.

Este documento refleja los trabajos desarrollados y los resultados obtenidos en el ámbito del Proyecto SICER -MAC, concretamente la elaboración de las Cuentas Satélite del Turismo de la Macaronesia, para los socios de este proyecto: ISTAC, SREA y DREM.

Este proyecto era un proyecto osado, por varios motivos:

1°. Por ser un proyecto pionero para cada una de las tres Regiones y sus respectivos Servicios de Estadística. Especialmente para Canarias y Madeira, donde el Turismo tiene, desde hace décadas, un peso significativo en sus respectivos países;

2°. Por su vinculación con el proyecto de Tablas Input-Output llevado a cabo por estos mismos socios en el ámbito de otro proyecto INTERREG, denominado TIO-MAC;

3°. Por seguir la Metodología de la CST reconocida internacionalmente por las autoridades en esta materia, la OMT, la ONU y EUROSTAT, y utilizada por los Institutos Nacionales de Estadística de España y de Portugal;

4°. Por último, por las limitaciones de información estadística a nivel sub-nacional, lo cual hace extraordinariamente difícil la tarea de elaborar una CST Regional mediante un proceso “bottom-up” o, por lo menos, misto.

Teniendo en cuenta estos aspectos, algunos de ellos grandes obstáculos para la realización de este proyecto, ahora que hemos finalizado y publicado sus resultados, llegamos a la conclusión de que se han cubierto nuestros objetivos:

- El hecho de ser un proyecto pionero nos llevó a descubrir y aprender nuevas metodologías, lo cual es siempre gratificante. Por otro lado, por primera vez se ha hecho posible determinar y confrontar el peso del turismo y de sus componentes de Consumo, Producción y VAB, en tres Regiones insulares atlánticas con tantas afinidades, pero también con realidades tan diferentes.
- Al seguir metodologías reconocidas y aplicadas por los dos INE de nuestros países, abrimos un diálogo y una colaboración con los colegas de los INE, lo cual fue fructífero para ambas partes, y nos permite comparar los resultados obtenidos a nivel regional con los datos nacionales y con otros países y regiones que utilizan esta metodología.
- A lo largo de las diversas etapas del proyecto, hemos detectado las lagunas existentes en las estadísticas disponibles, lo que nos obligó a establecer contactos con fuentes alternativas e iniciar nuevas operaciones estadísticas.

Algunos ejemplos de información esencial que actualmente no existe o es insuficiente, y que en el futuro se deberá recoger, son los siguientes:

- En el área de Consumo Turístico, es necesario mejorar las estimaciones del consumo turístico de los residentes, mejorando el conocimiento de los flujos intra-regionales y hacia fuera de la Región;
- En el área de la Oferta, debemos profundizar en el conocimiento de la actividad desarrollada por los Operadores Turísticos y de los paquetes turísticos.

Esperamos que, con la presentación de estos resultados, las entidades interesadas en esta materia (públicas y privadas) utilicen los resultados de este proyecto y sean conscientes de que la estimación de magnitudes económicas en un sector transversal a toda la economía, como es el Turismo, solo puede ser llevada a cabo mediante proyectos como el de la CST, un sistema satélite basado en las Cuentas Regionales.

Esperamos aun que las personas y entidades interesadas en este proyecto nos ayuden a mejorar y actualizar los datos necesarios para años más recientes, ofreciendo conocimientos e información adecuada que nos permita llevar a cabo esta tarea.

7. Siglas e Acrónimos / Siglas y Acronimos

- CST** - Conta Satélite do Turismo / Cuenta satélite del Turismo
- DREM** - Direcção Regional de Estatística da Madeira / Dirección Regional de Estadística de Madeira
- EUROSTAT** - Serviço de Estatística da União Europeia / Oficina de Estadística de la Union Europea
- FBCF** - Formação Bruta de Capital Fixo / Formación Bruta de Capital Fijo
- IEH** - Inquérito Harmonizado às Empresas / Encuesta Armonizada a las Empresas
- INE** - Instituto Nacional de Estatística / Instituto Nacional de Estadística
- IPTR** - Inquérito à Procura Turística dos Residentes / Encuesta de Demanda Turística a los Residentes
- ISTAC** - Instituto de Estatística das Canárias / Instituto Canario de Estadística
- IVA** - Imposto sobre o Valor Acrescentado/ Impuesto sobre el Valor Añadido
- NUTS** - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos / Nomenclatura de Unidades Territoriales para usos estadísticos
- OCDE** - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico / Organización de Cooperación y Desarrollo Económico
- OMT** - Organização Mundial do Turismo/ Organización Mundial del Turismo
- ONU** - Organização das Nações Unidas / Organización de las Naciones Unidas
- PIB** - Produto Interno Bruto / Producto Interno Bruto
- QEA** - Quadro de Empregos Alargado / Tabla de Destino Ampliada
- SCN** - Sistema de Contas Nacionais / Sistema de Cuentas Nacionales
- SICER-MAC** - Sistema Integrado de Contas Económicas Regionais da Macaronésia/ Sistema Integrado de Cuentas Economicas Regionales de la Macaronesia
- SREA** - Serviço Regional de Estatística dos Açores /Servicio Regional de Estatística de Azores
- TDA** - Quadro de Empregos Alargado / Tabla de Destino Ampliada
- TIO-MAC** - Projecto de Construção dos Quadros Input-Output da Macaronésia / Proyecto de Construcción de las Tablas Input- Output da Macaronésia
- UAEL** - Unidades de Actividade Económica Local /Unidad de Actividad Económica Local
- VAB** - Valor Acrescentado Bruto / Valor Añadido Bruto
- VFA** - Visitas a Familiares e Amigos / Visitas a Familiares y Amigos

8. Referências Bibliográficas

DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA (2006), Quadro de Empregos Alargado da Região Autónoma da Madeira - 2001, Funchal

DIRECÇÃO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DA MADEIRA (2001), Estatísticas do Turismo da Região Autónoma da Madeira - 2001, Funchal

DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE DO INE PORTUGAL (2002), Diagnóstico das Estatísticas do Turismo - Inventário das Operações Estatísticas, Faro

DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE DO INE PORTUGAL (2002), Diagnóstico das Estatísticas do Turismo - Identificação de Novas Necessidades de Informação Estatística, Faro

DIRECÇÃO REGIONAL DO ALGARVE DO INE PORTUGAL (2003), Estudo de Implementação da Conta Satélite do Turismo em Portugal - Relatório Final, Faro

EDEI CONSULTORES (2002), Estudo sobre a Satisfação dos Turistas de Cruzeiro da Área Madeira-Canárias, Las Palmas de Gran Canaria

EUROSTAT (1996), Sistema Europeu de Contas 95 (SEC 95), Luxemburgo

EUROSTAT (2002), Manual Europeu de Implementação da Conta Satélite do Turismo - Projecto final, versão 1.0, Luxemburgo

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2004), La Cuenta Satélite del Turismo en España, série contable 1995-2002, Madrid

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (2002): La Cuenta Satélite del Turismo de España. Metodología.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2006), Conta Satélite do Turismo de Portugal (2000) - Metodologia e Quadros de Resultados (não publicado), Lisboa

OCDE (2001), Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework, Paris

OMT (1999): Orientaciones generales para la elaboración de la Cuenta Satélite de Turismo (CST). Medición de la demanda turística total. Volumen I.

OMT (1999): Orientaciones generales para la elaboración de la Cuenta Satélite de Turismo (CST). Medición de la oferta turística total. Volumen II.

ONU (2001): Cuenta Satélite de Turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual, CCE, OCDE, OMT, ONU.

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (2006), Quadro de Empregos Alargado da Região Autónoma dos Açores - 2001, Angra do Heroísmo

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (2001), Estudo sobre os Turistas que visitam os Açores - 2001, Angra do Heroísmo

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (2001), Estatísticas do Turismo - 2001, Angra do Heroísmo

SERVIÇO REGIONAL DE ESTATÍSTICA DOS AÇORES (2001), Procura Turística dos Residentes nos Açores - 2000 e 2001, Angra do Heroísmo

ENDEREÇOS

- **SEDE - Terceira**

Largo Prior do Crato, n° 37

9700 - 157 Angra do Heroísmo

Telefones: 295 40 19 40 / 6 Fax: 295 40 19 47

e-mail: srea@azores.gov.pt

Internet: <http://estatistica.azores.gov.pt>

- **Núcleo de São Miguel**

Rua Dr. João Francisco de Sousa, n° 8

9500 - 187 Ponta Delgada

Telefones: 296 28 47 37, 296 28 72 12 Fax: 296 28 69 78

- **Núcleo do Faial**

Alameda Barão de Roches, n° 37

9900 - 104 Horta

Telefones: 292 29 26 52, 292 29 34 91 Fax: 292 29 37 02

Informar para saber...

...saber para desenvolver.